Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUARTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 2020 Nº 24.678 Preço banca: R$ 3,50

Guedes confirma prorrogação do auxílio emergencial por dois meses

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou na terça-feira (9) que o auxílio emergencial será prorrogado por mais dois meses, conforme já havia sido anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro e que, durante esse tempo, o setor produtivo pode se preparar para retomar as atividades, com a adoção de protocolos de segurança. "E depois a economia entra em fase de decolar novamente, atravessando as duas ondas da pandemia e do desemprego", disse Guedes, durante a 34ª Reunião do Conselho de Governo.

O auxílio é um benefício financeiro concedido pelo governo federal a trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, e visa fornecer proteção no período de enfrentamento à crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, causador da covid-19. Inicialmente, a previsão era o pagamento de três parcelas de R$ 600 (R$ 1,2 mil para mães solteiras).

Na semana passada, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, informou que a eventual prorrogação do auxílio emergencial por mais dois meses deve elevar o custo do programa para um valor entre R$ 202 bilhões e R$ 203 bilhões. (Agencia Brasil)

Prefeitura de SP libera abertura de comércio de rua e imobiliárias

Página 2

Brasil tem 1,2 mil novas mortes e 32 mil novos casos de covid-19

Página 8

Brasil e outros países vão pedir reforma da OMS

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, informou na terça-feira (9) que um grupo de países, incluindo Brasil, Austrália e membros da União Europeia, vai propor uma investigação sobre as decisões da Organização Mundial da Saúde (OMS) e um processo de reforma da entidade. Araújo disse que há, por parte do órgão, "falta de independência, de transparência e de coerência nos posicionamentos e orientações sobre aspectos essenciais" no enfrentamento à pandemia de covid-19.

Ele citou, por exemplo, informações sobre a origem do novo coronavírus, o compartilhamento de amostras, o contágio por humanos, modos de prevenção, quarentena, uso da hidroxicloroquina, indumentária de proteção e transmissibilidade por assintomáticos. "Em todos esses aspectos, a OMS foi e voltou [na recomendação], às vezes mais de uma vez, e isso nos causa preocupação", disse Araújo, durante reunião ministerial coordenada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Para o ministro, o problema é sistêmico, e não acidental, e deve ser investigado mesmo durante a pandemia. "Cada dia, essas decisões e esse vai e vem prejudicam os esforços de todos os países", disse.

Na semana passada, o próprio presidente Bolsonaro fez críticas à organização e disse que o governo brasileiro poderia até deixar a entidade que, de acordo com ele, atua "com viés ideológico". No fim de maio, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a saída do país da OMS, congelando repasses que o governo norte-americano faria ao órgão das Nações Unidas.

Bolsonaro fez referência à controvérsia causada por pesquisas conduzidas pela OMS.

Página 3

Chegam a 960 mil no mês de maio os pedidos de seguro-desemprego

Foto/Marcello Casal Jr/ABr

Em meio à pandemia de covid-19, foram feitos 960.258 pedidos de seguro-desemprego em maio, aumento de 53% na comparação com o mesmo mês do ano passado (627.779) e de 28,3% na comparação com abril deste ano (748.540). As informações foram divulgadas na terça-feira (9) pelo Ministério da Economia.

Página 3

Governo vai criar programa de renda mínima após a pandemia, diz Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou na terça-feira (9) que o governo federal criará um programa de renda mínima permanente, após a pandemia do novo coronavírus (covid-19), batizado de Renda Brasil. O ministro disse ainda que será criado um programa para geração de empregos formais, com a retomada do projeto Carteira Verde e Amarela.

Página 3

Ipea revisa previsões e diz que economia deve cair 6% este ano

Página 4

Maia defende debate sobre redução de salário de servidores federais

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu na terça-feira (9) uma discussão sobre o corte de salários de servidores públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário como forma de diminuir o impacto orçamentário provocado pela pandemia do novo coronavírus.

Página 8

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com muitas nuvens. Períodos de céu nublado com chuva. À noite o tempo fica firme.

26° C
18° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,88
Venda: 4,88

Turismo
Compra: 4,70
Venda: 5,09

EURO
Compra: 5,54
Venda: 5,54

Esporte

Miguel Costa projeta retorno à Europa em busca de vitórias

Foto/Divulgação/RF1

O jovem piloto Miguel Costa, integrante da Sauber Karting Team, é dos destaques do Brasil no kartismo internacional. Campeão entre os rookies do Italiano de Kart 2019, o brasileiro também compete no World Series Karting (WSK), um dos maiores torneios do kartismo europeu, que anunciou seu novo calendário com retomada no dia 1º de julho.

"Estou muito feliz com a volta das competições na Europa. Estamos treinando bastante aqui em Miami, nos EUA, e acredito que voltaremos muito preparados para as corridas na Itália. Foi bem importante continuarmos trabalhando de casa também, consegui ótimos resultados nos campeonatos virtuais contra os melhores pilotos do mundo. Devemos retornar à Itália nas próximas semanas e assim buscarmos novas conquistas", diz Miguel, que tem patrocínio de Baked Potato e Participa.

Integrante da Sauber Karting Team, Miguel é o mais jovem brasileiro a participar de uma academia internacional de pilotos ligada com uma equipe de F1, a Alfa Romeo. O piloto de 11 anos valorizou as dicas que recebeu das estrelas do automobilismo após se destacar nos torneios virtuais.

"Eu conquistei bons resultados no Desafio Virtual das Estrelas e em outros campeonatos virtuais dos quais tenho participado. Fiquei muito feliz com a repercussão e com os elogios que recebi de pilotos que admiro. Acredito que posso trazer muita coisa que aprendi para as pistas 'reais' e continuar em busca do sonho de me tornar um piloto profissional", completa Miguel.

A etapa 3 do WSK Super Master Series marcará o retorno da principal competição do kartismo europeu entre os dias 1º e 5 de julho, em Adria, na Itália.

Corrida beneficente tem vitória de Nelsinho Piquet no KGV

Uma corrida no Kartódromo Granja Viana engajou a doação de 8 toneladas de alimentos e 3.000 máscaras para famílias carentes da região de Cotia, na Grande São Paulo. A prova Campeões Unidos por Cotia teve 17 pilotos na pista acelerando sob todas as regras dos órgãos de saúde e a vitória foi de Nelsinho Piquet, piloto campeão mundial da Fórmula E e atualmente na Stock Car.

A bateria com duração de 25 minutos contou com grandes destaques do automobilismo brasileiro e o piloto que conseguisse reunir mais doações largaria na pole position, que no caso foi Átila Abreu.

Assim que chegaram ao kartódromo, todos os participantes da prova e staff do KGV fizeram os testes rápidos de coronavírus da Nutriex. Com todos os pilotos liberados, eles fizeram um shakedown de cinco minutos nos karts e na sequência já partiram para a largada.

Proprietário do KGV e um dos pilotos na prova, Felipe Giaffone comemorou o sucesso do evento beneficente. "O mais importante foi que conseguimos arrecadar muitos alimentos para o pessoal da região de Cotia. Todos os participantes estão de parabéns e faço um agradecimento especial também aos funcionários do kartódromo e a Prefeitura de Cotia, que ajudaram a viabilizar a prova com a maior segurança possível", diz Giaffone.

O pódio da vitória de Nelsinho Piquet foi completado por Gaetano Di Mauro em segundo e Felipe Lapenna em terceiro, todos pilotos da Stock Car. Na hora do champagne, todos mantiveram o distanciamento social e usaram máscara ao longo de todo o evento.

Somando as conquistas de todos os participantes, a corrida contou com mais de 36 títulos brasileiros e 10 títulos internacionais dos pilotos que estiveram no grid. Participaram pilotos com história na F1, Indy, Formula E, WEC, Stock Car, Truck, Porsche, Sprint Race, Copa HB20, Rally e Drift.

Foto/ Bruno Terena

Nelsinho *Piquet a frente*

A prova foi exibida no canal Acelerados no YouTube, na página do Grande Prêmio no Facebook e em outros parceiros de mídia do KGV Online. Os comentários foram de Cacá Bueno, piloto pentacampeão da Stock Car, e do jornalista Rodrigo França.

USP: Mais de 500 substâncias serão testadas contra o novo coronavírus

Mais de 500 substâncias bioativas serão testadas para eventual uso no combate ao novo coronavírus, causador da enfermidade COVID-19. O material é fruto de cinco anos de pesquisa realizada pelo Grupo de Química Medicinal e Biológica do Instituto de Química de São Carlos (IQSC) da Universidade de São Paulo (USP), voltada ao tratamento da doença de Chagas. Coordenado por Carlos Alberto Montanari, o projeto teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

A possibilidade de que alguma dessas substâncias possa destruir o coronavírus será investigada agora em nova pesquisa coordenada por Montanari: "Planejamento Molecular e Síntese de Inibidores da Principal Protease do Coronavírus SARS-CoV-2 Mpro". O estudo é apoiado pela Fapesp no âmbito do edital "Suplementos de Rápida Implementação contra COVID-19".

"Nosso objetivo é encontrar uma substância que seja capaz de inibir a molécula SARS-CoV-2 Mpro, principal enzima que o coronavírus utiliza para se replicar. Se encontrarmos essa substância, teremos um potencial agente antiviral", diz Montanari à Agência Fapesp.

"O vírus não é um ser vivo. Para se reproduzir, precisa entrar em uma célula e utilizar a estrutura celular como mecanismo de replicação. Nesse processo, as enzimas desempenham um papel-chave, porque são elas que rompem as ligações químicas das moléculas, liberando energia. Nós também dependemos de enzimas para digerir os alimentos", explica.

"E algumas das enzimas dos vírus são muito parecidas com as nossas. Se conseguirmos inibir a protease Mpro, que é a principal enzima usada pelo SARS-CoV-2, sem inibir as proteases de seres humanos, teremos um caminho para impedir a replicação do vírus. É isso que pesquisadores do mundo inteiro estão procurando", acrescenta Montanari.

Mecanismo

Testar uma substância em sistemas celulares "vivos" é o que os pesquisadores chamam de ensaio fenotípico. Se o resultado for positivo, o passo seguinte é identificar o mecanismo molecular envolvido no processo, para que as propriedades da substância possam ser otimizadas – um objetivo que também faz parte do projeto.

"São muitas etapas até chegar a um medicamento que possa ser utilizado com segurança pela população", enfatiza Montanari. "Mas elas são factíveis dentro do elevado grau de rigor científico em desenvolvimento tanto em nosso quanto em outros laboratórios, no Brasil e no mundo", continua.

Os testes serão realizados pelos pesquisadores Lucio Freitas-Junior e Carolina Borsoi Moraes no laboratório de biossegurança de nível 3 (NB3) do Instituto de Ciências Biomédicas da USP (ICB-USP), em São Paulo.

Nesta fase inicial, o processo inclui a curadoria de ensaios clínicos relacionados à COVID-19, pois há mais de 1.500 estudos em andamento em diferentes países. E também o mapeamento das interações gene-doença-fármaco para identificar medicamentos já usados no tratamento de outras doenças que possam também ser empregados para a COVID-19. "Isso é extremamente importante porque já conhecemos esses medicamentos e sabemos como o organismo humano responde a eles", explica Montanari.

Sistema digital

O trabalho na fase atual inclui ainda o mapeamento molecular alvo-molécula, utilizando aprendizado de máquinas com emprego de um sistema digital inteligente (IDS). E, também com o emprego de aprendizado de máquinas, o cruzamento de dados e informações entre a biblioteca de substâncias do Grupo de Química Medicinal e Biológica da USP e alvos proteicos e celulares relacionados com a COVID-19.

Outra tarefa que está sendo realizada pelo grupo é a docagem molecular das substâncias da biblioteca na principal enzima do coronavírus, a Mpro. A docagem é um método que prevê a orientação preferencial de uma molécula em relação a outra, quando as duas se ligam para formar um complexo estável.

"Como resultado desses estudos, nosso grupo já identificou nove candidatas inéditas, e as sínteses dessas substâncias estão sendo realizadas", conclui Montanari.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

O jornalista **Cesar Neto** tem sua coluna (diária) de política publicada na imprensa de São Paulo (Brasil) desde 1993. Foi se tornando referência também na Internet, pelo site www.cesarneto.com ... Twitter **@cesarnetoreal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

*

CÂMARA (SP)

Vereador (ex-presidente) Milton Leite (DEM) tá negociando acordo entre os donos das empresas de ônibus e os motoristas (do grupo de risco afastados por conta da Covid-19) pra que a frota possa rodar 100% e os passageiros possam fazer suas viagens sentados

*

PREFEITURA (SP)

A partir de amanhã começam a reabrir os Shoppings da cidade de São Paulo. Como administradores e empresários lojistas nunca passaram por tal situação (fechados por causa de uma pandemia mortal), a maioria não enxerga volta dos lucros, mas pagamento de dívidas

*

ASSEMBLEIA (SP)

Advogado do Movimento Brasil Livre, Rubinho Nunes deve ser o defensor do deputado Arthur 'Mamãe Falei' (ex-DEM no PATRIOTA e possível candidato a prefeito de São Paulo) das acusações de 'rachadinha' com funcionários do seu gabinete feitas ao Ministério Público (SP)

*

GOVERNO (SP)

João Doria não tá preocupado pelo fato do ex-Presidente FHC se juntar ao Ciro Gomes (agora sócio preferencial no PDT que foi Brizolista) e Marina Silva (ex-Lulista hoje dona do seu REDE) por uma frente ampla, até porque o PSDB no qual Doria é líder nacional é 'liberal de centro'

*

CONGRESSO (BR)

Tá tão letal quanto a pandemia Covid-19 é como se apresenta a literal guerra política entre as deputadas federais (Estado de São Paulo) Carla Zambelli - Bolsonarista raiz - e Joice (ex-líder do Presidente), hoje inimiga mortal e candidata à prefeitura de São Paulo

*

PRESIDÊNCIA (BR)

Se tem alguém que vive cada dia como se fosse o último, lutando em várias frentes de guerras políticas e jurídicas é o Jair Bolsonaro (ainda sem partido). A luta pra gerenciar a curva letal da pandemia Covid-19 - via mudança métrica no Ministério (Saúde) é uma delas

*

PARTIDOS (BR)

Um ex-deputado federal - cassado pelo 'mensalão' - Zé Dirceu e a deputada federal Gleisi - colocada pelo Lula na presidência do PT - serem 'porta-vozes' da candidatura do próprio - Presidencial 2022 - é assumir que o partido é refém de um dono que não promove renovação

*

JUSTIÇAS (BR)

Ao pedir uma trégua entre os 3 Poderes, 'assinando recibo' de que existe uma guerra Institucional no Brasil. Pra rolar independência entre os Poderes, teria que acabar o mais questionável dos inquéritos (no Supremo com Alexandre de Moraes). O combate deve continuar

*

HISTÓRIAS

A falta de comunicação clara e objetiva pode ser mais letal que a Covid-19. Especialmente quando sai da boca de alguém que representa a Organização Mundial da Saúde. A OMS perdeu rapidamente o maior patrimônio de uma Instituição : a confiança dos países membros

cesar@cesarneto.com

São Paulo registra 334 mortes em 24 horas e registra novo recorde

O estado de São Paulo bateu mais um recorde de mortes por coronavírus contabilizando 334 óbitos nas últimas 24 horas. Na terça-feira (9), o estado totaliza 9.522 mortes desde o início da pandemia.

Na segunda-feira (8), o secretário estadual da Saúde, José Henrique Germann, já previa aumento no número de óbitos. Segundo ele, isso ocorre sempre às terças-feiras e resulta de um atraso na contabilização de casos aos sábados e domingos. Nos finais de semana, a quantidade de casos e de óbitos notificada é sempre menor já que alguns laboratórios e órgãos públicos ficam fechados. Dessa forma, os dados ficam represados e só costumam aparecer no levantamento de terça-feira.

Até então, o maior número de óbitos em um dia havia sido registrado em 2 de junho, quando o estado apresentou 327 mortes.

O estado contabiliza ainda 150.138 casos confirmados de coronavírus, com 28.787 altas médicas. A taxa de ocupação de leitos de unidades de terapia intensiva (UTI) é de 68,6% no estado e de 74,1% na Grande São Paulo. Há 4.481 pessoas internadas em UTIs de todo o estado, além de 8.073 internadas em enfermarias.

Testes

Até a segunda-feira (8), dos 142,6 mil testes feitos pelo estado, 22,6 mil foram sorológicos, os chamados testes rápidos, que identificam anticorpos produzidos pelo organismo após o contato com o vírus. O restante foi teste por RT-PCR, que avalia o material genético do vírus e é feito em casos ativos.

Segundo a Secretaria da Saúde de São Paulo, com a adoção dos testes rápidos, além do RT-PCR, o estado está aumentando a testagem da população e consegue fazer cerca de 8 mil testes a cada dia. No mês passado, de acordo com a pasta, 20% dos casos confirmados do estado foram identificados por meio dos testes sorológicos (testes rápidos).

Prefeitura de SP libera abertura de comércio de rua e imobiliárias

A prefeitura de São Paulo vai liberar, a partir desta quarta-feira (10), a volta do funcionamento, com atendimento ao público, do comércio de rua e das imobiliárias da cidade. Os estabelecimentos, no entanto, estarão autorizados a abrir ao público por um período de quatro horas diárias. O comércio poderá abrir as portas entre as 11 h e as 15 h. As imobiliárias vão poder abrir também por quatro horas por dia, desde que o horário de funcionamento (abertura e fechamento) não ocorra durante o horário de pico.

A prefeitura e as entidades representantes dos setores assinaram na terça-feira (9) um termo de compromisso e um protocolo sanitário para a abertura dos estabelecimentos ao público. De acordo com a administração municipal, os representantes comprometeram-se com medidas de distanciamento social, higiene, sanitização de ambientes, orientação dos clientes e dos colaboradores, compromisso para testagem de colaboradores e medição de temperatura dos clientes.

Também estão previstos no acordo a redução do expediente, emprego de sistemas de agendamento para atendimento, monitoramento e fiscalização feita pelo próprio setor e um esquema de apoio para colaboradores que não tenham quem cuide de seus dependentes incapazes no período em que estiverem fechadas as creches, escolas e abrigos – especialmente as mulheres mães.

Segundo a prefeitura, os dois setores autorizados a funcionar estão entre os que mais empregam na cidade. Na sexta-feira (5), a administração municipal autorizou a reabertura de concessionárias de veículos e escritórios de prestação de serviços.

"A expectativa agora é que amanhã, a gente também consiga assinar com o setor de shoppings centers para que também possam votar a funcionar a partir de quinta-feira e, com isso, já teremos assinado com 5 setores", disse o prefeito. Ele acrescentou, no entanto, que a cidade continua em quarentena e é importante a população evitar deslocamento desnecessário. (Agencia Brasil)

CDHU adota sorteio virtual de endereços de casas para impedir aglomerações

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) passou a realizar os sorteios de endereço das moradias entre as famílias habilitadas com uma casa nos conjuntos habitacionais, por meio virtual. O objetivo é não atrasar as entregas e não promover aglomerações.

A escolha de endereço é importante para definir o imóvel em que cada família ocupará no conjunto habitacional e, assim, fazer a emissão e assinatura dos contratos de financiamento. O evento, que antes reunia todas as famílias contempladas, passa a ser feito de maneira administrativa, pelos técnicos da CDHU e das prefeituras.

Os procedimentos continuam os mesmos e seguem rigorosamente a classificação das famílias habilitadas. Inicialmente são escolhidos os endereços das pessoas com deficiência, idosos e policiais.

Na sequência, são sorteados os endereços das demais famílias, sendo priorizadas as mais numerosas. Todos os habilitados são avisados previamente. O processo é filmado e disponibilizado na plataforma YouTube. Algumas prefeituras fazem transmissão ao vivo pela internet.

"Definir o endereço de cada família é fundamental para a assinatura dos contratos. Com os sorteios remotos, conseguimos garantir que o processo de entrega das casas não seja prejudicado pela pandemia de COVID-19. Nossa prioridade é cumprir o compromisso firmado com a população de construir moradia para quem mais precisa", explica o secretário da Habitação, Flavio Amary.

Campanha da sociedade civil incentiva doação de celulares e tablets a alunos da rede

Novos modelos de smartphones, tablets e notebooks são lançados todos os anos e os aparelhos antigos, depois de trocados, podem ficar esquecidos em uma gaveta. Contudo, para uma parcela da população, essa não é a realidade. Na rede estadual de ensino de São Paulo, um levantamento socioeconômico do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) de 2019 avaliou que, dos 3,6 milhões de estudantes da rede estadual, 60% têm notebooks e 30% possuem tablets.

Os dados foram o ponto de partida para a campanha Abra a gaveta, doe, que incentiva membros da sociedade civil a doar esses dispositivos para que estudantes em situação de vulnerabilidade possam ter acesso as aulas virtuais online oferecidas pelo Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP).

Para selecionar os estudantes beneficiados com as doações, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc-SP) desenvolveu um critério junto aos organizadores da campanha, com o objetivo de apoiar os estudantes que não possuem nenhum dispositivo para acompanhar as atividades pedagógicas remotamente.

Como doar

Quem possui um smartphone, tablet ou notebook que se encaixa nas descrições abaixo pode acessar o site da campanha (www.abraagaveta.com.br) e preencher o formulário para doação. Todos os aparelhos devem estar formatados, sem conter qualquer informação ou dado do proprietário. Carregadores extras, que estejam funcionando, também podem ser doados.

Após preencher o formulário informando o aparelho que deseja doar, o cidadão receberá as informações de como encaminhar o aparelho. As doações na capital poderão ser retiradas pela equipe da campanha. Todos os aparelhos passarão por uma revisão e higienização antes de serem entregues aos estudantes do estado.

– Celular e tablet: Até 7 anos de idade, deve ligar normalmente, conexão wi-fi e 3G funcionando, com o carregador.

– Notebook: Até 7 anos de idade, deve ligar normalmente, ser doado com o carregador, conexão wi-fi funcionando, pelo menos 1 porta USB funcionando, HD com capacidade mínima de 256GB e memória RAM mínima de 4GB.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Auxílio emergencial: pagamento da 2ª parcela vai até dia 13

O pagamento da 2ª parcela do auxílio emergencial será feito até o dia 13 de junho. O calendário seguirá conforme o mês de nascimento dos beneficiários. Na terça-feira (9) recebeu quem nasceu em setembro; nesta quarta-feira (10), os nascidos em outubro; no dia 12, os de novembro e no dia 13, os de dezembro. No dia 11 não haverá repasse em função do feriado de Corpus Christi.

A informação foi divulgada na terça-feira na entrevista virtual da Caixa Econômica Federal, instituição financeira responsável pela gestão do programa de auxílio emergencial.

Segundo a vice-presidente de governo do banco, Tatiane Thomé, até o momento foram repassados R$ 76,6 bilhões. Estes valores se referem a 59,2 milhões de pessoas aprovadas para o recebimento do auxílio. No total, 107 milhões de brasileiros pleitearam o apoio e 101 milhões foram processados.

Mais 10,5 milhões de pessoas estão com os requerimentos em análise. "A análise e reanálise ocorre seja por problema de informações, como falta de informações, seja porque os dados estavam incorretos e precisaram ser corrigidos", explicou a representante do banco na apresentação virtual.

Assim, o número total de beneficiários ainda pode subir. As inscrições estão abertas até o dia 3 de julho.

Apps

De acordo com a Caixa, até o momento o app do auxílio emergencial foi baixado por 94,3 milhões de pessoas. O app CaixaTem, utilizado para fazer transações financeiras, foi baixado por 116,6 milhões de pessoas. As visitas ao site somaram 1,23 bilhão e os atendimentos na central telefônica 111 totalizaram 255,2 milhões.

A vice-presidente de governo da Caixa informou que a nova versão do app CaixaTem incorporou a funcionalidade do pagamento utilizando o QRcode. "Não precisa de cartão. Foi uma grande conquista e os cidadãos estão aprendendo. Isso minimiza muito necessidade de aglomerações para saque de recursos em espécie. Podemos, através do Caixa-Tem, utilizar sua conta no estabelecimento físico", disse.

O app também permite o saque do recurso. Esse procedimento pode ser feito por meio da geração de um código que possibilita ao usuário ir a um caixa eletrônico ou a uma lotérica e conseguir realizar o saque.

Dúvidas e críticas

A vice-presidente respondeu a questionamentos e dúvidas de pessoas que acompanharam a live pelos canais do banco, cerca de 6,5 mil em média. Diversos usuários publicaram nos comentários reclamações sobre problemas de funcionamento dos apps em aparelhos mais simples, dificuldade de resolver pendências e demora nas análises.

A representante optou por responder a dúvidas, como estorno, troca de informações cadastrais e tempos do pagamento. Sobre a dificuldade de receber as parcelas, ela afirmou que a análise é feita pela empresa Dataprev e é possível que entre a primeira ou segunda parcela exista uma nova verificação do beneficiário. Ela lembrou que é possível contestar pelo app ou pelo número 121 do Ministério da Cidadania.

Bem

Tatiane apresentou números também sobre o benefício pago em razão dos acordos de suspensão dos contratos de trabalho ou redução de jornada, bem como os com regimes de jornada intermitente. Os valores são repassados aos trabalhadores com conta na Caixa ou que não possuam conta em nenhum banco, para quem são abertas poupanças sociais na instituição.

O pagamento deste benefício começou no dia 4 de maio. Até o momento foram transferidos R$ 3,8 bilhões a 3,2 milhões de trabalhadores. Em junho está sendo repassada a 2ª parcela para quem recebeu no começo do mês passado e a 1ª para quem não foi contemplado. Do total, 3,2 milhões pessoas tiveram crédito em conta com a 1ª parcela e 800 mil com a 2ª parcela até o momento. (Agencia Brasil)

Governo vai criar programa de renda mínima após a pandemia, diz Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou na terça-feira (9) que o governo federal criará um programa de renda mínima permanente, após a pandemia do novo coronavírus (covid-19), batizado de Renda Brasil. O ministro disse ainda que será criado um programa para geração de empregos formais, com a retomada do projeto Carteira Verde e Amarela.

"Aprendemos durante toda essa crise que havia 38 milhões de brasileiros invisíveis e que também merecem ser incluídos no mercado de trabalho", disse Guedes durante reunião ministerial coordenada pelo presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com o ministro, haverá a unificação de vários programas sociais para a criação do Renda Brasil, que deve incluir os 38 milhões de beneficiários do auxílio emergencial, de três parcelas de R$ 600, pago em razão da pandemia da covid-19.

Já com o programa Carteira Verde e Amarela, umas das bandeiras de campanha de Bolsonaro, o governo pretende flexibilizar direitos trabalhistas como forma de facilitar novas contratações. "Há regimes onde têm muitos direitos e pouquíssimos empregos e há 40 milhões de brasileiros andando pelas ruas sem carteira assinada. Só que agora nós sabemos quem eles são e vamos formalizar esse pessoal todo", ressaltou o ministro Guedes.

Em novembro de 2019, o governo editou a Medida Provisória nº 905, que criou o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, para facilitar a contratação de jovens entre 18 a 29 anos, mas ela perdeu a validade antes de ser aprovada pelo Congresso, em abril deste ano. (Agencia Brasil)

CNI: indústria registra em abril o resultado mais fraco da década

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou na terça-feira (9) que a redução da demanda de consumo, causada pelo isolamento social, afetou o faturamento das empresas, as horas trabalhadas na produção e a utilização da capacidade instalada da indústria "de forma sem precedentes".

De acordo com a pesquisa Indicadores Industriais do mês de abril, todos esses índices tiveram queda recorde e registram os menores níveis de toda a série histórica, iniciada em 2010. O emprego industrial foi o menor desde 2004. Em março, os três índices já haviam registrado queda.

A indústria relata perdas de 23,3% do faturamento, queda de 19,4% nas horas trabalhadas na produção e redução de 2,3% no número de empregados em abril, em relação a março deste ano. A utilização da capacidade instalada caiu 6,6 ponto percentual em abril se comparado a março e 8,2 ponto percentual em relação à abril de 2019.

Para a CNI, abril foi o pico da crise, pois foram adotadas medidas de isolamento social na maioria das grandes cidades durante todo o mês. A expectativa da entidade é que a economia comece a retomada ainda neste mês, mas, já na pesquisa de maio, é possível que o cenário industrial apresente leve melhora, com a redução das restrições no fim do mês em algumas localidades.

Autoridades de saúde orientam a população e os governos a adotarem as medidas de isolamento e distanciamento social como forma de prevenção à disseminação do novo coronavírus.

Como ainda não há vacina, nem remédios comprovados cientificamente contra a covid-19, a orientação visa frear a transmissão do vírus para evitar que os sistemas de saúde fiquem sobrecarregados e consigam atender todos as pessoas que venham a ficar doentes. (Agencia Brasil)

Pedidos de seguro-desemprego chegam a 960 mil em maio

Em meio à pandemia de covid-19, foram feitos 960.258 pedidos de seguro-desemprego em maio, aumento de 53% na comparação com o mesmo mês do ano passado (627.779) e de 28,3% na comparação com abril deste ano (748.540). As informações foram divulgadas na terça-feira (9) pelo Ministério da Economia.

Em maio, os três estados com maior número de requerimentos foram São Paulo (281.360), Minas Gerais (103.329) e Rio de Janeiro (82.584).

Sobre o perfil dos solicitantes, 41,3% eram mulheres e 58,7% homens. A faixa etária que concentrava a maior proporção de solicitantes era de 30 a 39 anos, com 32,3%. Em termos de escolaridade, 61,4% tinham ensino médio completo. Em relação aos setores econômicos, os pedidos estiveram distribuídos entre serviços (42%), comércio (25,8%), indústria (20,5%), construção (8,2%) e agropecuária (3,4%).

Com as medidas de isolamento social decorrentes da pandemia da covid-19, os atendimentos via web (734.353) representaram 76,5% dos pedidos. No mesmo mês de 2019, os atendimentos pela internet chegaram a apenas 8.597 (1,4% dos pedidos).

Acumulado do ano

De janeiro a maio, foram contabilizados 3.297.396 pedidos, acréscimo de 12,4% em comparação com o acumulado no mesmo período de 2019 (2.933.894).

Do total de requerimentos em 2020, 50,1% (1.653.040) foram realizados pela internet, seja por meio do portal gov.br ou pela Carteira de Trabalho Digital, e 49,9% (1.644.356) foram feitos presencialmente. No mesmo período de 2019, 1,5% dos pedidos (44.427) foram realizados via internet e 98,5% (2.889.467) presencialmente.

Serviço essencial

O Decreto n° 10.329, de 28 de abril de 2020, definiu como essenciais as atividades de processamento do benefício do seguro-desemprego e de outros benefícios relacionados. Com isso, diversas unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine), de administração estadual e municipal, reabriram e as solicitações estão em patamar de regularidade, informou o ministério.

"Não foi mais verificado número atípico de beneficiários que ainda não tenham realizado a solicitação do seguro-desemprego. Cabe lembrar que o trabalhador tem até 120 dias para requerer o seguro-desemprego e os pedidos podem ser feitos de forma 100% digital. Não há espera para concessão de benefício", disse o ministério. (Agencia Brasil)

Micro e pequenas empresas devem ter acesso a crédito esta semana

As micro e pequenas empresas devem começar a ter acesso ao crédito por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) ainda nesta semana, afirmou na terça-feira (9) secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Jorge da Costa.

De acordo com o secretário, os bancos estão fazendo ajustes nos sistemas para começarem a ofertar o crédito. "Esperamos que esta semana ainda o dinheiro chegue na ponta", disse em transmissão pela internet para apresentar o protocolo lançado pelo Sebrae para a retomada da atividade econômica por micro e pequenos empresários.

Empréstimo

A Lei nº 13.999/2020 que cria o Pronampe foi publicada no Diário Oficial da União no dia 19 de maio. O objetivo é garantir recursos para os pequenos negócios e manter empregos durante a pandemia do novo coronavírus no país.

Pelo texto, aprovado no fim de abril pelo Congresso, micro e pequenos empresários poderão pedir empréstimos de valor correspondente a até 30% de sua receita bruta obtida no ano de 2019. Caso a empresa tenha menos de um ano de funcionamento, o limite do empréstimo será de até 50% do seu capital social ou a até 30% da média de seu faturamento mensal apurado desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.

As empresas beneficiadas assumirão o compromisso de preservar o número de funcionários e não poderão ter condenação relacionada a trabalho em condições análogas às de escravo ou a trabalho infantil. Os recursos recebidos do Pronampe servirão ao financiamento da atividade empresarial e poderão ser utilizados para investimentos e para capital de giro isolado e associado, mas não poderão ser destinados para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios.

Receita

A Receita Federal informou que iniciou na terça-feira , o envio de comunicado às micro e pequenas empresas, com a informação do valor da receita bruta, com base nas declarações desses contribuintes ao fisco, para viabilizar a análise à linha de crédito do Pronampe, junto às instituições financeiras.

O comunicado será enviado via Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN) as empresas optantes pelo Simples Nacional.

Na segunda etapa, que terá início a partir do dia 11 de junho, o comunicado será enviado via Caixa postal localizada no e-CAC às micro e pequenas empresas não incluídas no Simples Nacional.

Segundo o Fisco, somente receberão os comunicados as micro e pequenas empresas que declararam suas receitas. A Receita acrescenta que caso exista divergência na informação da receita bruta ou não tenha ocorrido a entrega da declaração, a retificação ou inclusão da informação de receita bruta deverá ser realizada por meio da declaração.

De acordo com a Receita, o Pronampe poderá ser acessado por um total de aproximadamente 4,58 milhões de microempresas e empresas de pequeno porte (cerca de 3,8 milhões do Simples e cerca de 780 mil de fora do Simples). (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Brasil e outros países vão pedir reforma da OMS

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, informou na terça-feira (9) que um grupo de países, incluindo Brasil, Austrália e membros da União Europeia, vai propor uma investigação sobre as decisões da Organização Mundial da Saúde (OMS) e um processo de reforma da entidade. Araújo disse que há, por parte do órgão, "falta de independência, de transparência e de coerência nos posicionamentos e orientações sobre aspectos essenciais" no enfrentamento à pandemia de covid-19.

Ele citou, por exemplo, informações sobre a origem do novo coronavírus, o compartilhamento de amostras, o contágio por humanos, modos de prevenção, quarentena, uso da hidroxicloroquina, indumentária de proteção e transmissibilidade por assintomáticos. "Em todos esses aspectos, a OMS foi e voltou [na recomendação], às vezes mais de uma vez, e isso nos causa preocupação", disse Araújo, durante reunião ministerial coordenada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Para o ministro, o problema é sistêmico, e não acidental, e deve ser investigado mesmo durante a pandemia. "Cada dia, essas decisões e esse vai e vem prejudicam os esforços de todos os países", disse.

Na semana passada, o próprio presidente Bolsonaro fez críticas à organização e disse que o governo brasileiro poderia até deixar a entidade que, de acordo com ele, atua "com viés ideológico". No fim de maio, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a saída do país da OMS, congelando repasses que o governo norte-americano faria ao órgão das Nações Unidas.

Bolsonaro fez referência à controvérsia causada por pesquisas conduzidas pela OMS sobre a hidroxicloroquina no tratamento do novo coronavírus. A organização acabou retomando os estudos com o medicamento, após aplicar uma suspensão dos testes por 10 dias.Na segunda-feira (8), a OMS também afirmou que a transmissão da covid-19 por pessoas sem sintomas da doença, como febre ou tosse, parece ser "rara".

O anúncio foi destacado na terça-feira, por Bolsonaro para defender o fim do isolamento social e a retomada das atividades. "Não é um dado comprovado, mas é um dado importante", disse o preidente. "Com toda certeza, isso pode sinalizar uma abertura mais rápida do comércio e a suspensão das medidas restritivas adotadas por governadores e prefeitos", destacou o presidente durante a 34ª Reunião do Conselho de Governo, realizada nesta terça-feira no Palácio da Alvorada.

A epidemiologista e principal responsável técnica da resposta à covid-19 da OMS, Maria van Kerkhove, frisou que há diferença entre assintomáticos e pré-sintomáticos, que são as pessoas que vão desenvolver algum sintoma da doença. Ao falar do tema, a epidemiologista ponderou a capacidade de testagem e rastreio de pacientes pelos gestores de saúde e argumentou que a contenção da transmissão da doença pode ser mais rápida com a localização e o isolamento dos casos sintomáticos.

Divulgação de dados

Criticado pela falta de transparência na divulgação de dados de covid-19, o ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, explicou que o governo estava trabalhando no desenvolvimento de um sistema para apresentar os dados diários, desde o início da pandemia, que refletisse com clareza a subida e a descida da curva de transmissão. "Isso permite a gestão mais efetiva dos gestores estaduais e municipais que são os verdadeiros combatentes que estão agindo na missão", disse.

De acordo com Pazuello, o número de óbitos vai continuar chegando de acordo com os registros no sistema, mas os boletins serão atualizados de acordo com a data da morte. "[Assim], vai ver exatamente o que aconteceu, com mais transparência", afirmou.

No domingo (7), o Ministério da Saúde disponibilizou a nova ferramenta para divulgação dos dados, que, segundo Pazuello, ainda será aprimorada, com a inclusão do percentual de ocupação de leitos e pessoas recuperadas. De acordo com Pazuello, os dados estão completos, e as informações serão atualizadas assim que forem repassadas pelas secretarias estaduais de Saúde. "Essa ferramenta que está colocada aí é a melhor que poderíamos ter desenvolvido", disse.

Na última semana o governo deixou de apresentar alguns dados consolidados e mudou a dinâmica e o horário de divulgação dos boletins. As mudanças foram objeto de questionamento do Ministério Público Federal e levaram o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) a disponibilizar, em seu site, um painel próprio com dados atualizados sobre o número de casos da covid-19 no país.

Na segunda-feira, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o governo federal divulgue na íntegra os dados relativos ao contágio e às mortes pelo novo coronavírus, nos moldes de como vinha sendo realizado pelo Ministério da Saúde até o dia 4 de junho.

A nova plataforma do Ministério da Saúde sobre covid-19 no Brasil mostrou, na noite da segunda-feira (8), que os casos acumulados chegam a 707.412. Já a quantidade de óbitos acumulados é de 37.134. De acordo com o levantamento, nas 24 horas anteriores, foram registrados 15.654 novos casos de covid-19 e 679 novas mortes. Os dados são iguais aos apresentados pelo painel do Conass. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Nacional

Ipea revisa previsões e diz que economia deve cair 6% este ano

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revisou as previsões macroeconômicas para 2020 e apontou queda esperada de 6% no Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, e alta de 3,6% para 2021.

Em março, ele havia estimado recuo de 1,8% este ano e crescimento de 3,1% para o ano que vem. Segundo o Ipea, os dados foram revistos diante do avanço da pandemia da covid-19 e de seus impactos na economia brasileira, especialmente, no segundo trimestre deste ano.

O estudo divulgado na terça-feira (9), no Rio de Janeiro, destacou o início de uma gradual flexibilização das restrições à mobilidade e ao funcionamento das atividades econômicas a partir de junho.

Considerando o cenário, projeta-se queda de 10,5% no segundo trimestre. Só na indústria, a retração deve ser de 13,8%, nos serviços, 10,1%, e, no consumo das famílias, 11,2%. Para o terceiro e no quarto trimestres, a previsão é de recuperação da atividade econômica.

Segundo o Ipea, o mês de abril foi considerado o fundo do poço, mas em maio surgiram sinais de recuperação da economia, uma avaliação, que conforme o instituto, pode ser confirmada pelos indicadores econômicos.

Um deles é o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), que avançou 5,9% em maio. O nível de utilização de capacidade instalada do setor passou de 57,3% em abril para 60,3% em maio.

Os dados de consumo de energia industrial mostram alta em diversos segmentos, como veículos automotores (60,9%), papel e celulose (26,9%), metalurgia (17,9%) e produtos de metal (13,3%).

No varejo, depois da retração de 30,5% em abril, o Índice de Confiança do Comércio subiu 10,1% em maio. As vendas no setor automotivo cresceram 7,7% em maio.

Impacto do isolamento

O instituto observou, ainda, que as medidas de isolamento social, adotadas no país a partir de março dentro do combate à epidemia do novo coronavírus, interromperam uma série de atividades produtivas. O Ipea pondera, no entanto, que a flexibilização das medidas e as políticas de preservação de emprego, renda e produção adotadas, devem permitir a gradual recuperação da economia ao longo dos próximos meses.

Nesse aspecto, se o cenário for confirmado, os serviços podem recuar 5,8% em 2020, mas crescer 3,7% em 2021. Para a indústria, enquanto esse ano há a expectativa de queda de 7,3%, para 2021 a estimativa é de alta de 4%. Já a agropecuária tem avaliações melhores.

O setor continua como destaque positivo. A revisão da equipe de conjuntura do instituto apontou para 2% de crescimento do PIB do setor agropecuário em 2020, causada pela alta de 3% no PIB da lavoura.

"A alta do setor deve contribuir também para atenuar a queda da indústria por meio de seu impacto sobre a produção de alimentos, segmento com maior peso na indústria de transformação brasileira", informou.

Demanda

Pelo lado da demanda, os investimentos devem ser o componente mais afetado, com queda de 9,7% em 2020, mas também com crescimento mais elevado em 2020: 6,8%. As importações, influenciadas pela desvalorização cambial e pela redução do nível de atividade, devem recuar 6,5% este ano e as exportações, 6,4%.

O diretor adjunto de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, Marco Antônio Cavalcanti, disse que, do ponto de vista da renda das famílias, o valor das transferências do programa de auxílio emergencial às pessoas em situação de vulnerabilidade - R$ 76,9 bilhões até o final de maio - deve ter produzido um efeito importante sobre a demanda, especialmente, de produtos de primeira necessidade.

Como comparação, o Ipea lembrou que, no trimestre encerrado em fevereiro, antes do agravamento da crise, a massa de rendimentos do trabalho principal recebida mensalmente por pessoas ocupadas no setor informal - empregados no setor privado sem carteira, empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e trabalhadores por conta própria sem CNPJ - era R$ 49,7 bilhões.

Apesar disso, o instituto estimou que o consumo das famílias tende a ser afetado pelo impacto negativo da crise sobre o mercado de trabalho e pelo aumento da incerteza, com retração de 6,9% em 2020, mas de aumento de 3,8% no ano que vem. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/EILÕES

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ 07.682.638/0001-07 - NIRE 35.300.326.032 - Companhia Fechada

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 03.02.2020

1. Data, Hora e Local: Em 03.02.2020, às 09h00, na sede da Concessionária Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("**Companhia**"), localizada na Rua Heitor dos Prazeres, nº 320, Vila Sônia, São Paulo/SP. **2. Presença**: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 ("**LSA**"), constatando-se a presença dos acionistas representantes a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas". **3. Convocação**: Os avisos de que tratam o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade dos acionistas, conforme permitido pelo § 4º do artigo 124 da LSA. **4. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luis Augusto Valença de Oliveira e o Sr. Carlos Alberto Pinho Nogueira, como secretário. **5. Ordem do Dia**: **(i)** tomar conhecimento da renúncia do Sr. **Christiano Aguiles Gramlich das Neves**, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, e eleição de seu respectivo substituto. **6. Deliberações**: As acionistas detentoras da totalidade do capital social da Companhia, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da LSA; **6.2.** Tomar conhecimento do pedido de renúncia formulado pelo Sr. **Christiano Aguiles Gramlich das Neves**, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, conforme carta de renúncia apresentadas à Companhia em 30.01.2020, agradecendo o mesmo pelos relevantes serviços prestados à Companhia enquanto exercera referida função; **6.3.** Em decorrência da deliberação do item 6.2. acima, aprovar a eleição dos Sr. **Igor de Castro Camillo**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, RG nº 1162522/7-1 – IFP/RJ, CPF/MF 090.464.367-05, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olimpia, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. O mandato do membro do Conselho de Administração ora eleito se encerrará na data prevista para término do mandato do Conselheiro ora substituído, ou seja, até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2020, devendo o mesmo permanecer em seu cargo até a eleição e posse de seu substituto. O membro do Conselho de Administração ora eleito declara ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estar incurso em qualquer dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer atividades mercantis, conforme Termo de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivado na sede da Companhia. **6.4.** Em razão das deliberações acima, o Conselho de Administração da Companhia, a partir desta data, passa a ser composto pelos seguintes membros: **(1)** Sr. **Luis Augusto Valença de Oliveira**, membro titular e Presidente, eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22.05.2019, ás 08h00, permanecendo vago o cargo de membro suplente; **(2)** Sr. **Roberto Vollmer Labarthe**, membro titular, e seu respectivo suplente, Sr. **Eduardo de Toledo**, ambos eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17.04.2019, às 11h00 ("AGO 17/04/2019"); **(3)** Sr. **Luciano José Porto Fernandes**, membro titular, eleito na AGO 17/04/2019; e seu respectivo suplente, Sr. **Paulo Yukio Fukuzaki**, eleitos na AGO 17/04/2019; **(4) Igor de Castro Camillo**, membro titular eleito na presente data, permanecendo vago o cargo de membro suplente; **(5)** Sr. **Sérgio Luiz Pereira de Macedo**, membro titular; e seu respectivo suplente, Sr. **Paulo José Dinis Ruas**, ambos eleitos na AGO 17/04/2019; e **(6)** Sr. **Shinichi Ikun**, membro titular; e seu respectivo suplente, Sr. **Kazunari Matsushahi**, ambos eleitos na AGO 17/04/2019; todos com mandato até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2021, devendo os mesmos permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. **7. Encerramento**: Nada mais a tratar, foi encerrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada pelos membros da mesa e por todas as acionistas. São Paulo/SP, 03.02.2020. **Assinaturas**: Luis Augusto Valença de Oliveira, Presidente da Mesa e; Carlos Alberto Pinho Nogueira, Secretário. **Acionistas: (1) CCR S.A.**, pelo Sr. Luis Augusto Valença de Oliveira; **(2) RUAS INVESTIMENTO PARTICIPAÇÕES S.A.**, pelos Srs. Paulo José Dinis Ruas e Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz; e **(3) MITSUI & CO., LTD.**, pelo Sr. Shinichi Ban. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração nº 05, às fielhas 87 e 88. *Luis Augusto Valença de Oliveira - Presidente da Mesa; Carlos Alberto Pinho Nogueira - Secretário.* JUCESP nº 167.757/20-9 em 28.05.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

GAIA SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF Nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª SÉRIE DA 5ª EMISSÃO DA GAIA SECURITIZADORA S.A.

A Gaia Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.587.384/0001-30 ("Emissora") pelo presente edital de convocação, nos termos da Cláusula 12.1 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 21ª Série da 5ª Emissão da Emissora, firmado em 11 de maio de 2012 ("Termo de Securitização"), celebrado pela Emissora e Planner Fiduciária de Títulos e Valores Mobiliários LTDA. na qualidade de agente fiduciário dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 21ª Série da 5ª Emissão da Emissora ("Agente Fiduciário", "CRI" e "Emissão", respectivamente), convoca os Srs. Titulares de CRI da Emissão ("Titulares dos CRI") a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI, a realizar-se no dia **29 de junho de 2020, às 10 horas em primeira convocação**, Em atendimento ao Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e nº 64.946, de 17 de abril de 2020, do Governo do Estado de São Paulo ("Decretos"), que determinam medida de isolamento no Estado de São Paulo no contexto da pandemia do COVID-19 ("Surto Epidemico"), consistente em restrição de atividades de maneira a evitar a possível contaminação ou propagação do Novo Coronavírus, bem como em atenção ao Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SIN, de 26 de março de 2020 ("Ofício-Circular nº 06/2020") e à Instrução da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("Instrução CVM 625") e conforme previsto na Cláusula 12.4 do Termo de Securitização, a assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma Google Meet, o link de acesso a reunião será disponibilizado aos Titulares de CRI até 1 (um) dia antes da data marcada para a realização da reunião, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Aprovar, ou não, a reorganização societária e alteração de controle da Cipasa Desenvolvimento Urbano S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.262.743/0001-53 ("Devedora"), bem como suas controladas, subsidiárias e coligadas, de maneira a não acelerar os CRI, que figuram como parte e/ou garantidores da operação, conforme Cédula de Créditos Bancários nº 0079/12 ("CCB"); **(ii)** A recomposição do Fundo de Reservas, tendo em vista o aumento da inadimplência; **(iii)** Concessão, ou não, de carência apenas no pagamento da parcela de amortização da CCB, contados a partir da parcela prevista para pagamento em 15 de setembro de 2020, inclusive, até a parcela prevista para pagamento em 15 de setembro de 2020, inclusive, conforme disposto na Cláusula Segunda da CCB e Anexo I da CCB – Datas de Pagamento e Tabela Anual de Amortização ("Pagamento da CCB" e "Anexo I – Datas de Pagamento e Tabela Anual de Amortização", respectivamente), sendo certo que até a próxima parcela a ser paga em 15 de outubro de 2020, exclusive, incidirá a atualização monetária sobre o valor nominal da CCB, conforme Cláusula Segunda da CCB e conseguentemente a Cadência apenas no pagamento da parcela de amortização do CRI, contados a partir da parcela prevista para pagamento em 20 de junho de 2020, inclusive, até a parcela prevista para pagamento em 20 de agosto de 2020, inclusive, conforme disposto na Cláusula 5.3 e 5.4 do Termo de Securitização e cronograma de amortização do CRI constante do Anexo I ao Termo de Securitização ("Remuneração dos CRI" e "Anexo I – Datas de Amortização dos CRI", respectivamente), sendo certo que até a próxima parcela a ser paga em 20 de setembro de 2020, exclusive, incidirá a atualização monetária sobre o valor nominal unitário dos CRI, conforme cláusulas 5.1 e 5.2 do Termo de Securitização; **(iv)** caso seja aprovado o item (ii) acima, prorrogar, ainda, o recebimento das parcelas da Remuneração dos CRI e de pagamentos da CCB, e a substituição do Anexo II – Datas de Pagamento e Tabela Anual de Amortização da CCB e consequentemente o recebimento das parcelas de juros e de amortização do CRI e a substituição do Anexo I – Datas de Amortização dos CRI no Termo de Securitização; e **(v)** autorização a Emissora e ao Agente Fiduciário para praticar todos os atos e celebrar todos documentos necessários ao cumprimento das ordens do dia acima. Todos os termos aqui mencionados iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. Em razão da situação de calamidade pública, vinculada a segurança de todos, em linha com os Decretos, o Ofício-Circular nº 6/2020/CVM/SIN e a Instrução CVM 625, a Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado aos respectivos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, bastando que enviarem solicitação por correio eletrônico para gestaoci@guiagaia.com.br e fiduciario@planner.com.br com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de identificação e, conforme o caso, comprovante: (i) de titularidade de CRI emitido pela instituição custodiante ou extrato de conta recebedora; ou com certificação digital de assinaturas, conforme o caso, em conformidade com o Decreto nº 10.278 de 18 de março de 2020. Os Titulares de CRI poderão se manifestar por meio de voto escrito, a ser enviado para o endereço de e-mail: gestaoci@guiagaia.com.br e juridico@biechras8.com.br e no dia da realização a via original dos mesmos. Os titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento que comprove os poderes de representação e demais documentos necessários para a verificação dos poderes, inclusive, mas não exclusivamente, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos.

São Paulo, 09 de maio de 2020.

ISEC SECURITIZADORA S.A

ISEC SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 5ª e 6ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 5ª e 6ª Séries da 2ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A. ("Emissora"), GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), e os demais interessados, estão convocados a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI ("AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, em **30 de junho de 2020, às 10:00 horas**, de forma remota e eletrônica através da plataforma unificada de comunicação Microsoft Teams, de conexão via internet, para tomar e votar a ordem do dia abaixo descrita: (i) Quórum de instalação, sendo 2 (dois) horas antes da reunião, conforme prerrogativa do Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SIN, de 26 de março de 2020 e Deliberação CVM nº 848 de 25 de março de 2020, a fim de, nos termos dos itens 16.1 e 16.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 5ª e 6ª Séries da 2ª Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), discutir e/ou deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovar a contratação de assessor legal para representar os interesses dos Titulares de CRI na Recuperação Judicial da Esser Holding Ltda. ("Esser"), no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), a ser pago pela Esser, conforme proposta feita pela Lara de Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, conforme fato relevante divulgado no dia 30 de abril de 2020 no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; 2. Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com o Emissor, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item acima. Quórum de instalação em segunda convocação: com qualquer número dos CRI em circulação, excluídos, para os fins do quórum, os CRI que não possuírem o direito de voto. Quórum de deliberação: caso instalada a assembleia: maioria simples dos Titulares dos CRI presentes. Reforçamos que o link para a participação da conferência será enviado apenas aos titulares que se cadastrarem prévia e diretamente com o Agente Fiduciário e com a Emissora, conforme orientações abaixo. Para participação (contratualmente facultativa) e votação, cada um deve, a critério, procurações, documentos de identificação - RG e CPF - dos signatários), em até 02 (dois) dias úteis antecedentes à realização da assembleia, ou seja, até 28 de maio de 2020, para os e-mails: gdc@gdcpart.com.br e juridico@biechras8.com.br e no dia da realização a via original dos mesmos. Os titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento que comprove os poderes de representação e demais documentos necessários para a verificação dos poderes, inclusive, mas não exclusivamente, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos.

São Paulo, 09 de maio de 2020.

ISEC SECURITIZADORA S.A

Fazendas Reunidas Pilon S/A.

CNPJ 52.318.885/0001-29 - NIRE 33.00364864-6

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data/horário/local: 27/03/2020, às 15:30 horas, na Fazenda Santa Maria, São Francisco, Cerquilho/SP. **Mesa:** Presidente - José Pilon; Secretário - Mário Nicoau Pilon. **Presença:** 90.399.999 ações. **Quórum:** 100%. **Publicações Prévias:** a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e Relatório da Diretoria publicado no "DOESP" e no jornal "O Dia" em 07/02/2020; b) Edital de Convocação publicado no jornal "DOESP" nos dias 13, 14 e 15/02/2020, e no jornal "O Dia" nos dias 14, 17 e 18/02/2020. **Deliberações:** "Aprovadas por unanimidade". **AGO:** a) que as demonstrações financeiras da AGE, sanam realizadas cumulativamente e instrumentalizadas em ata única, na forma do Ignínio do Artigo 131 da Lei 6.404/76; b) o Relatório da Diretoria, o Balanço Geral, Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2019, onde foi apresentado um prejuízo de R$ 827.338,34; c) destinar R$ 4.000.000,00 das Reservas de Lucros para distribuições entre os sócios proporcionalmente às participações na sociedade; d) a renovação dos administradores Valdemir Pilon com o cargo de Diretor Adjunto e Otávio Pilon Filho com o cargo de diretor Financeiro, a fixação de até 3 diretores vinculados para cada diretor e a eleição de Valdemir Pilon, Vitor Adriano Pilon e Rogério Pilon para o mandato de 2 anos, cujo mandato vai até a data da AGO de 2023, sendo composta pelo **Diretor Presidente - José Pilon** RG n.º 2.967.398-4 SSP/SP e CPF/MF nº 017.812.198-34; **Diretor Financeiro - Otávio Pilon Filho**, CIEA n.º 0400803, RG n.º 5.722.015-6 SSP/SP e CPF/MF nº – 002.288.648-02; **Diretor Administrativo - Nelson Pilon**, RG n.º 5.722.030-3 SSP/SP e CPF/MF nº 405.373.808-72; **Diretor Técnico - Mário Nicoau Pilon**, CIEA nº 1188072-0, do RG nº 5.091.402-9 SSP/SP e CPF/MF nº 013.598.364-04; **Diretor Adjunto - Valdemir Pilon**, RG nº 5.544.418-9 SSP/SP e CPF/MF nº 418.875.768-91 e; **Diretor Adjunto - Vitor Adriano Pilon**, **Diretor Adjunto - Rogério Pilon**. **Destinação do Resultado do Exercício:** Os senhores membros da diretoria que foram reeleitos, estando todos presentes, declaram expressamente sob as penas da lei que não estão impedidos, nem incursos em nenhum crime previsto em Lei que os impeça de exercerem atividade mercantil. **AGE:** a) a alteração do seguinte Artigo: **Sítio Estância Primavera** localizado na Estrada Municipal CEL-020, Cesário Lange/SP, intitulada como **Filial nº 989**; como objeto social: **01.11-3-00** - Cultivo de cana-de-açúcar, **01.11-3-99** - Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente; b) a não extinção de filiais. **Observamento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente e Mário Nicoau Pilon, secretário. **Acionistas:** 5.Pilon Participações S/A representada pelo diretor vice-presidente Paulo Roberto Pilon, GUPilon Participações S/A representada pelo diretor Otávio Pilon Filho, V.R.F Administração e Participações Ltda representada pelo diretor presidente Valentim Roque Pilon, J.Helena-Participações S/A representada pelo diretor presidente José Pilon, NPilon Participações S/A representada pelo diretor presidente Nelson Pilon, Nicou Pilon Participações S/A representada pelo diretor presidente Mario Nicou Pilon, Leonel Empreendimentos e Participações Ltda. representada pela sócia administradora Maria de Lourdes Benetton Pilon, Américo Pilon Júnior, Valdeiu Participações S/A representada pelo presidente José Pilon, Valdemir Pilon, Vitor Adriano Pilon, Rogério Pilon, Rosa Maria Pilon, Norberto Vieira da Cruz Filho, NiPilon Participações S/A representada pela diretora presidente Nilza Helena Pilon, MLGPilon Participações S/A representada pelo diretor vice-presidente Carlos Renato Gayotto Pilon, JpPilon Participações S/A representada pelo diretor vice-presidente Jose Pilon, Japura Mineração e Agro-Pecuária S/A representada pelo diretor presidente Valentim Roque Pilon, Luis Maria da Silva Spezzotto, Marisa Pilon. A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. **JUCESP** nº 167.494/20-0 e **NIRE** nº 35900531249 em 28/05/2020.

LAM Vias Participações e Concessões S.A. - CNPJ/MF nº 29.206.383/0001-30

NIRE nº 3530051100-0 - Companhia Fechada

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos os Senhores Acionistas da Lam Vias Participações e Concessões S.A. ("Companhia") que se encontram disponíveis na sede social da Companhia, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 2, Vila Olimpia, CEP 04551-065, São Paulo/SP, os documentos referidos no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. São Paulo/SP, 01 de junho de 2020. **Eduardo Siqueira Moraes Camargo** - Diretor-Presidente.

Valdelu Participações S/A - CNPJ: 27.490.623/0001-46

Demonstrações Financeiras em 31/12/2019 e 31/12/2018 (Em Milhares de Reais)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Cumpre-nos informar que, em cumprimento a lei, propomos a vossa apreciação de V.S.as, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para eventuais esclarecimentos que se tiverem necessários. Cerquilho, 31 de Dezembro de 2019. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	**29**	**14.669**
Disponível: Bens Numerários	23	55
Bens não Circulantes	**8.829**	**14.060**
Investimentos: Participação em Outras Empresas	8.829	14.060
Total do Ativo	**8.852**	**14.083**
Passivo	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Patrimônio Líquido	8.852	14.083
Capital Social	5.763	5.763
Prejuízos Acumulados	3.145	8.376
Ajustes Acumulados de Conversão	(56)	(56)
Total do Passivo	**8.852**	**14.083**

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2019	31/12/2018
Receita Líquida	-	-
Despesas Operacionais	-	(138)
Outras Receitas	-	816
Resultado Operacional	**-**	**678**
Resultado do Exercício	**-**	**658**
Resultado do Exercício	**-**	**658**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	-	658
Equivalência Patrimonial	-	(662)
(=) **Lucro Ajustado**	**(5)**	**(4)**
Aumento de contas a Pagar	-	-
(=) **Caixa Gerado nas Atividades Operacionais**	**(5)**	**(4)**
Fluxos dos Investimentos:		
Dividendos recebidos	286	377
(=) Caixa Líquido nas Atividades Investimento	**286**	**377**
Fluxos dos Financiamentos:		
Pagamentos de Dividendos	(273)	(432)
(=) Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(273)**	**(432)**
Variação Total das Disponibilidades	**8**	**(59)**
Saldo Inicial das Disponibilidades	**15**	**74**
Saldo Final das Disponibilidades	**23**	**15**

Notas Explicativas - Valdelu Participações S/A., CNPJ nº 27.490.623/ 0001-46, situada na Sede social na rua Engenheiro Urbano Pádua de Araújo, nº 134, apto 143, Cerq. CEP 18520-000, tendo como Atividade a Holding de Instituições não Financeiras (CNAE 6462-0100) - Sem Capital Social e de 5.763,15 (cinco milhões, setecentos e sessenta e três mil, reais e cinquenta e quinze centavos) Patrimônio Líquido. O valor em Ações Acumulados refere-se ao reflexo da conversão para a moeda nacional que a Pilon Participações e Empreendimentos S/A fez no balanço da sua controlada.

Lucília Pilon Arraval - Diretora Presidente **Maria de Fátima Grando Luca** - CRC SP 139.243/O-8

RNX 32 Holding S/A

Companhia Fechada

Data/Hora/Local: 15/12/2021, às 14:00 horas, na Avenida Rebouças, 3482, São Paulo/SP. **Convocação/Presença:** Dispensadas pela totalidade do capital social, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76. **Mesa:** Magali Ferreira da Silva - Presidente; Jorge Torres de Jesus - Secretário. **Ordem do Dia:** 1. constituir uma sociedade anônima, de capital fechado, com a denominação de **RNX 32 Holding S/A;** e II Aprovação do Estatuto Social. **Deliberações:** I. Iniciando os trabalhos, a Senhora Presidente comunicou aos presentes que a sociedade anônima, de capital social, de qual foram distribuídas ações que estão em vista o capital constante da proposta de Estatuto, o presidente oferecera à subscrição. As ações ordinárias nominativas foram subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, na proporção de forma que vaqueje: 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por **Aparecido Junior Rodrigues**, OAB/SP 292.715 e CPF/MF nº 083.005.228-43; e 900 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por **Jorge Torres de Jesus**, OAB/SP 292.714 e CPF/MF nº 195.180.328-78. II Em seguida, o presidente colocou em discussão o Estatuto social, o qual foi discutido e aprovado por unanimidade, sendo subscrito por todos os acionistas e cujo teor, por mim lido a todos os presentes, é o que segue: **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1º - A RNX 32 Holding S/A**, é uma sociedade anônima que se regerá por este Estatuto e pela legislação aplicável. **Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, sócia, quotista ou consorciada. **Artigo 3º** - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3482, Bairro Pinheiros, CEP 05402-600, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, agências, escritórios ou qualquer outra forma de representação em qualquer ponto do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social. Artigo 5º** - O Capital Social é de R$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. O saldo remanescente será integralizado no prazo de 24 meses. **§ Único** - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. **Artigo 6º** - Os certificados representativos das ações, se emitidos, serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelas. **§ Único** - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Artigo 7º** - Na hipótese de mínimo de acionistas, o mesmo se verificar, o ser pago pelo Capital Social, os dividendos obrigatórios deste período acionistas que quiserem ser retirados, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação prévia para o Patrimônio Líquido da Companhia, com base no valor patrimonial, a ser pago em parcelas iguais, no prazo de 60 (sete) dias. **Capítulo III** - Os direitos de acionistas que estabelecem as condições de compra e venda de suas ações ou o direito de preferência na compra das mesmas ou o exercício do direito de voto serão exercidos nos termos previstos em Acordo de Acionistas, devidamente registrado na sede da Companhia. **Capítulo IV** - Os deveres e responsabilidades dos administradores e demais representantes da sociedade, a ser observados pelos acionistas referentes aos exercícios e responsabilidades resultantes de tais acordos sendo válidos e serão oponíveis perante terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente registrados no livro de registro da Companhia e os certificados das ações, quando emitidos tiverem sido emitidos. **Capítulo V - Administração. Artigo 8º** - A Companhia será administrada por uma Diretoria, eleita e destituível a qualquer tempo, pela Assembleia Geral dos acionistas, composta por 2 Diretores, sendo um deles Presidente e um Vice-Presidente, residentes no País, acionistas ou não, observado o disposto neste Estatuto, conforme segue: I **Anote-se/registre-se** que os Diretores ora eleitos, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial, por condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade pública, o sistema financeiro, a ordem econômica e tributária, nos termos que prevê o art. 1º, inciso II, alínea "e" da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6404/76. **§ 1º** - O mandato dos Diretores será de 3 anos, permitida a reeleição, findando o mandato dos Diretores prorrogada, automaticamente, até a posse dos novos eleitos. **§ 2º** - Ainda que ocorrendo o término do mandato dos Diretores for-se-ão eleitos, os Diretores permanecerão de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reelegíveis serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **§ 3º** - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, o qual completará o mandato do Diretor substituído. **§ 4º** - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. **Capítulo IV - Conselho Fiscal. Artigo 10 - A** Sociedade neste momento não elegerá Conselho Fiscal. **Capítulo V - Exercício Social e Lucros. Artigo 11** - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano. As fim de cada exercício social, deverão ser levantadas as demonstrações financeiras, observadas as previstas em lei, observadas as normas e então vigentes, as quais compreendendo a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Capítulo VI - Liquidação. Artigo 12 - A** Companhia poderá se dissolver e entrar em liquidação, por deliberação da Assembleia Geral, observadas as formalidades legais da Companhia entre os acionistas, na respectiva participação de cada acionista no capital social, ou nos demais casos previstos em lei. **Encerramento:** Nada havendo mais a tratar, foi encerrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e subscrita pelos presentes, sendo que, nos termos do Artigo 142, §2º, da Lei 6.404/76, o presente ata será publicada com os acionistas presentes. A presente ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. São Paulo, 15/12/2021. **Mesa:** Magali Ferreira da Silva - Presidente; Jorge Torres de Jesus - Secretário. **Acionistas:** Aparecido Junior Rodrigues - Presidente; Aparecido Junior Rodrigues - Vice-Presidente. **Visto do Advogado:** Aparecido Junior Rodrigues - OAB/SP - 329.711. **JUCESP** nº 353065112/20-1 em 28/12/2017.

VIPASA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA PAULISTA S.A.

CNPJ/MF 61.648.655/0001-65 - NIRE 35.300.013.727 - **Companhia Fechada - Edital de Convocação**

Ficam convocados os Senhores Acionistas para a realização da AGOE que será realizada às 10h do dia 15/06/2020, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Zoom, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2019; (b) Destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2019, em especial a distribuição de dividendos; (c) Eleição dos membros do Diretoria e do Conselho Fiscal; (d) Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; (e) Pagamento de gratificações aos membros da Diretoria; (f) reversão das reservas de contingências e de lucros para absorção de prejuízos. Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da plataforma eletrônica Zoom os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar solicitação, para o endereço eletrônico **vipasa@shoppingcenter3.com.br, até as 18h do dia 12/06/2020**. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia,

METALÚRGICA COLIN S/A - CNPJ: 49.034.275/0001-35 - **Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de maio de 2020 - Data, Hora, Local:** No dia 09 de maio de 2020, às 09:00 horas (em 1ª convocação) e às 09:30 horas (em 2ª convocação), na sede social, na Estrada Velha de Guarulhos Arujá, 306, Bairro Cidade Arautiva, em Guarulhos, Estado de São Paulo **Presença:** Acionistas representando 72,43% do capital social da Cia., conforme assinaturas no "Livro de Registro de Presença de Acionistas". **Mesa Diretora:** Sr. Roberto Fabrício, Presidente; Sra. Flávia Regina Cascarelli, Secretária. **Convocação:** Diário Oficial do Estado de São Paulo e Jornal Agora São Paulo, nos dias 01,06 e 06 de maio de 2020. **Ordem do Dia:** a) Reforma do Estatuto Social, para retirada dos Artigos relativos ao direito preferencial na alienação de ações da companhia (Artigos 17 a 14 do Estatuto Social), conforme proposta de redação encaminhada aos acionistas nos endereços eletrônicos; **b)** Reforma do Estatuto Social para alteração da administração social para extinção do Conselho de Administração, com consequente retirada dos Artigos 21 a 26 do Estatuto Social, e adequação dos Artigos 27 a 37, conforme proposta de redação encaminhada aos acionistas nos endereços eletrônicos. **Deliberações: a)** O Presidente da Mesa informou que foi enviada por alguns acionistas, e acatada pelos administradores, uma sugestão de alteração para os Artigos 11 a 14 do Estatuto Social (direito de preferência), como alternativa a sugestão previamente proposta pelos administradores. A sugestão feita pelos acionistas foi lida em voz alta e posteriormente o assunto foi colocado para debate e esclarecimentos. Em seguida, os acionistas decidiram por manter a redação original dos Artigos 11 a 14 do Estatuto Social, passando os Artigos 11 e 12 a ter a seguinte redação: "**Artigo 11: Entre os acionistas da companhia, as ações poderão ser livremente transferidas, sem qualquer restrição. Artigo 12: Em se tratando de alienação ou qualquer forma de transferência onerosa**, a sociedade pode alienar ou transferir parte ou a totalidade de suas ações, observando o direito de preferência do Diretor, instruindo a sua comunicação com a cópia da proposta recebida do terceiro interessado, devendo informar todas as condições da operação (incluindo, mas não se limitando a, qualificação do terceiro interessado, do preço, forma de pagamento e garantias). **Parágrafo 1º:** A Diretoria então enviará a proposta de alienação, por transferência ou oneração, aos demais acionistas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, iniciando-se o prazo de 10 (dez) dias para manifestação do exercício de direito de preferência na aquisição. Recebidas as manifestações, a Diretoria se entregará ao vendedor, em 3 (três) dias. O encaminhamento das propostas de vendas e compras, bem como as manifestações de direito ainda não exercido, deverão ocorrer em

Arainvest Participações S.A.

CNPJ nº 08.136.650/0001-25
Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Submetemos a vossa apreciação o Balanço Patrimonial acompanhado da Demonstração do Resultado do exercício, da Demonstração do Resultado Abrangente, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas correspondentes ao exercício findo em 31/12/2019.

Balanço Patrimonial em 31/12/2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	981	1.071
Créditos tributários	6	29	42
Ativo circulante		**1.010**	**1.113**
Não circulante			
Créditos tributários	6	7.955	7.702
Ativo não circulante		**7.955**	**7.702**
Total do ativo		**8.965**	**8.815**

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores		5	4
Impostos e contribuições a recolher		2	3
Passivo circulante		**7**	**7**
Patrimônio líquido			
Capital social	7	162.588	162.588
Prejuízos acumulados		(153.630)	(153.780)
Patrimônio líquido		**8.958**	**8.808**
Total do passivo e patrimônio líquido		**8.965**	**8.815**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 - (Em Milhares de Reais)

(Despesas) e receitas operacionais	Nota	2019	2018
Despesas gerais e administrativas	8	(86)	(3.939)
Despesas tributárias		(14)	(31)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(100)**	**(3.970)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		280	633
Despesas financeiras		-	(2)
		280	**631**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		**180**	**(3.339)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	(30)	(35)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**150**	**(3.374)**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	150	(3.374)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**150**	**(3.374)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2017	**158.591**	**(150.406)**	**8.185**
Aumento de capital	3.997	-	**3.997**
Prejuízo do exercício	-	(3.374)	**(3.374)**
Saldos em 31/12/2018	**162.588**	**(153.780)**	**8.808**
Lucro líquido do exercício	-	150	**150**
Saldos em 31/12/2019	**162.588**	**(153.630)**	**8.958**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(90)**	**(3.890)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	150	(3.374)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Créditos tributários	(240)	(505)
Fornecedores	1	(11)
Impostos e contribuições a recolher	-	1
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(90)**	**(3.890)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	3.997
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamentos	**-**	**3.997**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(90)**	**107**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.071	964
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	981	1.071
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(90)**	**107**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/12/2019 e 2018 - (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional: A Arainvest Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na cidade de São Paulo - SP, que tem por objeto principal a administração de participações societárias em sociedades simples e empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. **2. Autorização para Emissão de Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 04 de junho de 2020. **3. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, e no caso de ativos financeiros ou passivos financeiros, o custo histórico é ajustado para refletir a mensuração pelo valor justo, quando aplicável. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram identificadas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. **4. Principais Práticas Contábeis: a) Moeda funcional** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Sociedade e, também, a moeda de apresentação. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Instrumentos financeiros:** - Os instrumentos financeiros da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações em debêntures. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. **d) Passivos contingentes** - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A provisão é reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, a probabilidade de perda é considerada provável e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Caso a probabilidade de perda é considerada possível, a Companhia divulga sem reconhecer a provisão. Obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não são reconhecidas e nem divulgadas. **e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são baseados nas leis tributárias vigentes na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados antes do imposto de renda e da contribuição social, ajustados pelas adições, exclusões e compensações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção em que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Depósitos bancários	42	25
Aplicações financeiras	939	1.046
Total	**981**	**1.071**

As aplicações financeiras (ou aplicações financeiras de renda fixa) estão representadas por debêntures remuneradas com base na variação da taxa DI e cotas de fundos de investimento. **6. Créditos Tributários:** Corresponde basicamente ao saldo negativo do imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, objeto de pedido de restituição ou utilizado para compensar débitos tributários federais futuros, atualizado com base na taxa de juros SELIC. O pedido de restituição de tributos e contribuições está sujeito à homologação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Administração da Companhia considera que todos os créditos tributários estão suportados por documentação hábil e não podem ser contestados pela Receita Federal do Brasil que por consequência deverá programar a devolução dos mesmos à Companhia. **7. Capital Social:** O capital social, totalmente integralizado em moeda nacional, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de R$ 162.588, representado por 25.896 ações, sendo 20.712 ações ordinárias e 5.184 ações preferenciais. **8. Despesas Gerais e Administrativas:** As despesas gerais e administrativas estão substancialmente representadas por serviços prestados por pessoas jurídicas. **9. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A reconciliação dos ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no resultado é apresentada, como segue:

	2019	2018
Prejuízo do exercício, antes do imposto de renda e da contribuição social	180	(3.374)
Alíquota nominal do imposto de renda (15% e adicional de 10%) e contribuição social (9%).	24%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(43)	1.147
Compensação de prejuízos fiscais	13	-
Crédito tributário não reconhecido	-	(1.147)
Despesa de imposto de renda e contribuição social de períodos anteriores	-	(35)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(30)**	**(35)**

10. Passivos contingentes classificados como possíveis perdas: A Companhia possui passivo contingente decorrente de auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil questionando a exigência do imposto de renda e da contribuição social sobre ganho de capital na alienação de participação societária no montante de R$ 1.314.250 (R$ 1.270.346 em 2018).

A DIRETORIA
JULIO MITUO SHINZATO
Contador - CRC: 1SP095.421/O-1

MAIS FILMS HOLDING S.A.

CNPJ/MF n.º 27.402.021/0001-49 - NIRE: c.1.35.300.502.744
Ata da Assembleia Geral Extraordinária - Realizada em 12/03/2020

I. Data, Horário e Local: Realizada no dia 12/03/2019, às 09hs, na sede da Mais Films Holding S.A ("Companhia"), localizada na Cidade de SP/SP. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **III. Composição da Mesa:** Paulo Sousa Queiroz Figueiredo - Presidente; Fernando Silveira de Moraes - Secretário. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar acerca da (i) reeleição dos membros da Diretoria da Companhia ("Ordem do Dia") e (ii) ratificar todos os atos praticados pela Diretoria. **V. Deliberações:** Aberta a sessão, os acionistas deliberam acerca do item constante da Ordem do Dia, tendo deliberado, por unanimidade de votos e sem ressalvas: 1. Aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumária, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei n.º 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). 2. Com relação ao item "(i) Ordem do Dia", reeleger os seguintes membros aos cargos de Diretores da Companhia, para mandato unificado de 3 anos, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia: Sr. Paulo Sousa Queiroz Figueiredo, RG n.º 36.547.365-x (SSP-SP) e CPF nº 353.001.358-00, para o cargo de Diretor sem designação específica; e o Sr. Reynaldo Quarlim Barbosa Figueiredo, RG n.º 3.479.557-1 (SSP-SP) e CPF nº 050.981.148-53, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos com domicílio profissional na Cidade de SP/SP. 3. Com relação ao item "(ii)", ratificar todos os atos praticados pela Diretoria desde a Ata de AGO de 29/06/2019, registrada na JUCESP em 20/06/2019, sob o nº 302.830/19-2. 4. Todos os Diretores ora eleitos declaram, conforme termos de posse que ficarão arquivados na sede social da Companhia, não estar impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou contra a sociedade empresária, pena que impeça, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme previsto no artigo 147, da Lei das S.A. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **VII. Assinaturas:** (a) Mesa: Paulo Sousa Queiroz Figueiredo, Presidente; e Fernando Silveira de Moraes, Secretário; (b) Acionistas: Paulo Sousa Queiroz Figueiredo e Reynaldo Quarlim Barbosa de Figueiredo. SP, 12/03/2020. **Mesa:** Paulo Sousa Queiroz Figueiredo - Presidente; Fernando Silveira de Moraes - Secretário. **Acionistas:** Paulo Sousa Queiroz Figueiredo; Reynaldo Quarlim Barbosa de Figueiredo. **Jucesp nº** 168.851/20-4 em 27/05/2020. Gisela Simiema Ceuchin - Secretária Geral.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A.

CNPJ/MF nº 36.062.710/0001-93 | NIRE 35.300.547.802
COMPANHIA FECHADA

ATA da AGE Realizada em 16 de Abril de 2020

DATA, HORA E LOCAL: Em 16/04/2020, às 10h, na sede social da Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. ("**Companhia**" ou "**Emissora**"), situada na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 4º andar, CEP 04543-011, em São Paulo - SP. **PRESENÇA:** Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), constando-se a presença do acionista representando a totalidade do capital social da Emissora. **CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO PRÉVIAS:** Foram dispensados os avisos de que trata o artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, em razão de estar presente acionista representando a totalidade do capital social da Emissora, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações. **MESA:** Presidente: Sr. Gilson de Oliveira Carvalho; Secretário: Sr. Thiago Bronzi. **ORDEM DO DIA:** Apreciar e deliberar sobre (i) a aprovação da realização, pela Companhia, de sua 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, no total de R$ 4.000.000,00 e a celebração da escritura de emissão de debêntures ("**Debêntures**", "**Emissão**" e "**Escritura de Emissão**", respectivamente); e **(ii)** a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, ratifique os atos já praticados, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias para a formalização, efetivação e administração das deliberações desta assembleia, objetivando a Emissão. **DELIBERAÇÕES:** Após exame das matérias acima descritas, o único acionista da Companhia resolveu: **(i)** Aprovar a realização da Emissão com as seguintes características principais: a) Número da Emissão: A presente Emissão representa a 1ª emissão de Debêntures da Emissora. b) Valor Total de Emissão: O valor total da Emissão será de R$ 4.000.000,00, na Data de Emissão (conforme abaixo definido). c) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será em 16/04/2020 ("Data de Emissão"). d) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 4.000 Debêntures, em série única. e) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). f) Séries: A emissão das Debêntures será realizada em série única. g) Forma: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados. h) Tipo e Espécie: As Debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Emissora, e serão da espécie quirografária. i) Conversibilidade: As Debêntures desta Emissão poderão ser parcial ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento e a exclusivo critério do Debenturista, mediante notificação do Debenturista à Emissora indicando a quantidade de Debêntures a serem convertidas, desde que seja assinado o Termo de Transferência Inicial do contrato de concessão do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõe o Lote de rodovias Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo - ARTESP, concessionado em 02/03/2020, pela Concessionária Infraestrutura Brasil, subsidiária indireta da Emissora. Cada Debênture será convertida em ações, na proporção de 1 ação a cada R$ 1,00 do Valor Nominal Unitário da Debênture a ser convertida, independentemente de qualquer condição, e cada R$ 1,00 devido a título de Remuneração equivalerá a 1 ação. j) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. k) Juros Remuneratórios das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 9,84% ao ano ("Juros Remuneratórios ou "Remuneração"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão, inclusive, até a data do efetivo pagamento de Juros Remuneratórios, exclusive, de acordo com a fórmula contida na Escritura de Emissão. l) Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures: Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos em uma parcela, na Data de Vencimento (ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão de seu vencimento antecipado, amortização ou resgate antecipado obrigatório ou facultativo e/ou conversão em ações da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão). m) Subscrição, Integralização e Forma de Pagamento: As Debêntures serão (i) subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, mediante a assinatura de boletim de subscrição ("Boletim de Subscrição"), e (ii) integralizadas à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Data de Integralização"). As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas em sua totalidade pelos Debenturista. n) Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 2 anos a contar da Data de Emissão, ou seja, vencerão em 18/04/2022 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão de seu vencimento antecipado, resgate ou amortização antecipados obrigatório ou facultativo e/ou conversão em ações da Emissora, nos termos da Escritura de Emissão. o) Repactuação Programada: Não haverá repactuação programada das Debêntures. p) Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa: A Emissora poderá realizar o resgate antecipado facultativo ou a amortização extraordinária facultativa das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo" ou "Amortização Extraordinária Facultativa") a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério, mediante comunicação escrita ao Debenturista, nos termos da Escritura de Emissão. Não haverá a incidência de qualquer prêmio de reembolso na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa. q) Resgate Antecipado Obrigatório e Amortização Extraordinária Parcial Obrigatória: A Emissora deverá realizar o resgate antecipado ou amortização extraordinária parcial obrigatória ("Resgate Antecipado Total Obrigatório" ou "Amortização Extraordinária Parcial Obrigatória") das Debêntures na ocorrência, a qualquer tempo, do Evento de Resgate ou Amortização Obrigatório, conforme definido na Escritura de Emissão. Não haverá a incidência de qualquer prêmio de reembolso nas hipóteses de Resgate Antecipado Total Obrigatório ou Amortização Extraordinária Parcial Obrigatória. r) Vencimento Antecipado: Observados os termos e condições que constarão na Escritura de Emissão e mediante a ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme previsto na Escritura de Emissão, o Debenturista poderá declarar antecipadamente vencidas todas obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido). s) Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da emissão das Debêntures serão destinados para reforço de caixa da Emissora. t) Colocação: A Emissão não será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários, tendo em vista que as Debêntures são objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, sendo feita em benefício exclusivo do Debenturista, o qual se obriga a subscrevê-las e integralizá-las, nos termos da Escritura de Emissão. u) Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora ao Debenturista nos termos da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios"). v) Demais Características: As demais características das Debêntures e da Emissão encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a elas pertinentes. **(ii)** Autorizar a Diretoria da Companhia, bem como procuradores devidamente constituídos para o efeito pela Companhia, a praticar todos os atos necessários e a celebrar quaisquer documentos necessários à emissão das Debêntures e à realização da Emissão, incluindo (a) a negociação e definição dos termos e condições adicionais específicos das Debêntures, observada a aprovação desta assembleia; e (b) a negociação e celebração todos os documentos relativos às Debêntures e à Emissão, incluindo, mas não se limitando, a Escritura de Emissão, permitindo-se a livre fixação, em tal documento, de hipóteses de vencimento antecipado, bem como de obrigações e declarações da Emissora, entre outras condições, observadas as deliberações tomadas na presente assembleia, bem como negociar e celebrar aditamentos que se fizerem necessários e documentos dela decorrente. Ratificam-se todos os atos relativos à emissão das Debêntures e à Emissão que tenham sido praticados anteriormente pela Companhia ou seus representantes legais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra para quem dela quisesse fazer uso, como ninguém o fez, foi a presente ata lavrada, lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 16/04/2020. Sr. Gilson de Oliveira Carvalho, Presidente da Mesa e, como secretário, o Sr. Thiago Bronzi. ACIONISTA: Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (representado por Felipe Pinto e Cristina Yamazaki). Certífico que a presente é cópia fiel e confere com a via original lavrada em livro próprio.

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1092810-46.2015.8.26.0100 EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO 1092810-46.2015.8.26.0100. O Doutor JOÃO DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais - Foro Central - Estado de São Paulo, faz saber a todos os interessados que a empresa JUSTIÇA BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (Antiga Editora Fazer a Notícia LTDA) CNPJ/MF sob o número 08.929.092/0001-09, que ACTUA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA lhe ajuizou um PEDIDO DE FALÊNCIA, por ser credor de R$127.797,03 (Agosto/2015), acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios, representado pelos títulos (NF) e respectivas duplicatas mercantis nº/s 634-1, 623-1, 649-1, 738-1, 738-2, 738-3, 674-3 e 653-1 vencidas não pagas e protestadas. Estando a ré em lugar ignorado foi deferida a citação por edital, para que em 10 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste ou deposite o valor total do crédito, devidamente atualizado (art. 98, § único da Lei 11.101/05), sob pena de Decretação de Falência. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais. São Paulo, 06 de abril de 2020.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DA AÇÃO DE INTERDIÇÃO DE YOLANDA SPERA. REQUERIDA POR MARCO ANTONIO PALERMO - PROCESSO Nº 1117588-41.2019.8.26.0100. Juiz de Direito da 6ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Homero Mateo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 07/02/2020, POSTO ISSO, JULGO PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de Yolanda Spera, RG nº 993.913-1, CPF/MF nº 118.570.148-00, para todos os atos da vida civil, nomeando-lhe como curador o Sr. Marco Antonio Palermo, RG nº 10.521.805, CPF/MF nº 042.030.268-90. ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO EDITAL, publicado o dispositivo dela pela imprensa local e pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias e afixado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de junho de 2020. (10 e 20/06)

EMS S.A.

CNPJ/MF nº 57.507.378/0003-65

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	71.529	128.685	149.240	252.346
Contas a receber de clientes	575.785	382.804	749.005	519.863
Contas a receber de partes relacionadas	268.570	118.528	232.323	150.511
Estoques	591.547	337.832	652.998	386.934
Tributos a recuperar	170.996	135.940	321.258	216.672
Dividendos a receber	119.770	239.770	-	-
Outros recebíveis	53.852	281.072	63.466	261.287
Total do ativo circulante	**1.852.049**	**1.624.631**	**2.168.290**	**1.787.613**
Não circulante				
Depósitos judiciais	34.798	33.258	37.801	35.894
Tributos a recuperar	6.703	6.703	6.703	6.703
Outros recebíveis	4.996	4.996	5.870	4.996
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	4.124	3.635	4.124	3.635
Empréstimos a receber de partes relacionadas	316.093	227.961	316.093	227.961
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.780	104.376	59.682	129.172
Investimentos em controladas	297.707	173.010	-	-
Outros investimentos	5.182	4.757	71.870	57.967
Imobilizado	761.407	635.907	771.334	638.397
Intangível	16.207	11.762	16.262	11.871
Total do ativo não circulante	**1.496.997**	**1.206.365**	**1.289.739**	**1.116.596**
Total do ativo	**3.349.046**	**2.830.996**	**3.458.029**	**2.904.209**

Passivo	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante				
Fornecedores	172.317	238.470	180.857	248.951
Fornecedores a pagar partes relacionadas	1.136.468	901.370	1.141.291	902.738
Empréstimos e financiamentos	84.712	53.123	88.198	55.523
Salários e encargos a pagar	86.913	92.461	93.452	99.250
Tributos a recolher	19.964	29.917	24.394	29.840
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	33.141	18.553
Impostos parcelados	15.775	8.044	15.958	8.221
Dividendos a pagar	117.160	90.170	122.289	95.299
Outras contas a pagar	117.126	130.119	131.389	141.867
Total do passivo circulante	**1.750.435**	**1.543.674**	**1.831.960**	**1.597.842**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	285.311	264.499	290.354	264.606
Impostos parcelados	37.989	18.373	38.692	19.232
Provisão para perdas com processos judiciais	93.839	125.734	113.490	144.490
Receita diferida - subvenção governamental	19.032	19.032	19.032	19.032
Outras contas a pagar	5.334	6.933	5.334	6.933
Total do passivo não circulante	**441.505**	**434.571**	**466.902**	**454.293**
Total do passivo	**2.191.940**	**1.978.246**	**2.298.862**	**2.052.135**
Patrimônio líquido				
Capital social	221.708	221.708	221.708	221.708
Reservas de capital	164.019	164.019	164.019	164.019
Reserva de incentivos fiscais	159.420	125.206	159.420	125.206
Reserva legal	44.342	44.342	44.342	44.342
Reservas de lucros	560.594	295.433	560.594	295.433
Ajuste de avaliação patrimonial	7.023	2.043	7.023	2.043
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**1.157.106**	**852.751**	**1.157.106**	**852.751**
Participação de não controladores	**-**	**-**	**2.061**	**(677)**
Total do patrimônio líquido	**1.157.106**	**852.751**	**1.159.167**	**852.074**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**3.349.046**	**2.830.996**	**3.458.029**	**2.904.209**

Demonstração do Resultado

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita de vendas	3.530.925	3.341.307	3.917.157	3.625.166
Custo dos produtos vendidos	(2.018.962)	(1.955.218)	(2.126.729)	(2.005.650)
Lucro bruto	**1.512.285**	**1.386.089**	**1.790.428**	**1.619.469**
Despesas com vendas	(331.750)	(238.177)	(380.281)	(273.618)
Despesas administrativas	(879.678)	(817.467)	(973.910)	(916.054)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	802	19.298	6.019	145
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	126.945	(102.882)	88.228	(109.302)
Resultado de equivalência patrimonial	63.988	64.068	-	-
Resultado de equivalência patrimonial - outros investimentos	(2.253)	1.964	32.179	23.388
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**490.339**	**312.893**	**562.663**	**344.027**
Receitas financeiras	133.309	58.409	141.573	63.929
Despesas financeiras	(65.670)	(92.598)	(70.040)	(96.127)
Resultado financeiro líquido	**67.639**	**(34.189)**	**71.533**	**(32.198)**

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2017	**221.708**	**164.019**	**(1.763)**	**125.206**	**44.342**	**306.637**	**-**	**860.148**	**2.863**	**863.011**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	287.988	287.988	210	288.198
Ajuste acumulado de conversão	-	-	3.806	-	-	-	-	3.806	-	3.806
Destinação do lucro líquido do exercício										
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembleia	-	-	-	-	-	(227.195)	-	(227.195)	-	(227.195)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(71.997)	(71.997)	-	(71.997)
Outras transações de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.749)	(3.749)
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	-	-	215.991	(215.991)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	**221.708**	**164.019**	**2.043**	**125.206**	**44.342**	**295.432**	**-**	**852.749**	**(676)**	**852.074**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	417.116	417.116	1.022	418.138
Ajuste acumulado de conversão	-	-	4.980	-	-	-	-	4.980	-	4.980
Destinação do lucro líquido do exercício										
Transferência em reserva	-	-	-	34.214	-	-	(34.214)	-	-	-
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembleia	-	-	-	-	-	(22.014)	-	(22.014)	-	(22.014)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(95.726)	(95.726)	-	(95.726)
Outras transações de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	1.715	1.715
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	-	-	287.176	(287.176)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	**221.708**	**164.019**	**7.023**	**159.420**	**44.342**	**560.594**	**-**	**1.157.106**	**2.061**	**1.159.167**

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**557.978**	**278.704**	**634.196**	**311.830**
Ajustes de				
Depreciação	44.289	49.209	48.758	51.978
Amortização	1.042	2.020	2.032	2.440
Perda na alienação de imobilizado e intangível	11.195	27.517	10.889	26.687
(Reversão) Provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber	2.960	19.298	(851)	19.640
(Reversão) Provisão para obsolescência dos estoques	14.188	(11.859)	15.013	(12.041)
Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais	(5.

Elétricas de Energia Indústria e Comércio S.A.

CNPJ - 05.843.415/0001-40

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma) - **((*) Reapresentado)**

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação e exame de V. Sas., as contas de nossa administração, relativas ao exercício social findo em 31/12/2019, representadas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado do Exercício, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Permanecemos à inteira disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanços Patrimoniais: Ativos

	Nota	2019	2018(*)
Circulante		**43.774**	**83.609**
Caixa e equivalente de caixa	6	5.292	11.349
Clientes	7	29.429	68.095
Estoques	8	6.681	1.348
Impostos a recuperar	9	1.980	1.116
Adiantamentos a fornecedores	10	230	289
Outros contas a receber	20	2.183	618
Ativo não circulante		**7.847**	**9.235**
LR e C.S. diferidos	11	6.338	6.339
Depósito Judicial		239	239
Imobilizado	12	335	2.441
Intangível	13	935	216
Total do ativo		**52.621**	**92.844**

Demonstração de Resultados

	Nota	2019	2018(*)
Receita operacional líquida	23	91.113	168.106
Custo dos serviços prestados	24	(71.979)	(130.369)
Lucro Bruto		**19.194**	**37.737**
Despesas administrativas	24	(20.775)	(23.987)
Outras receitas/ despesas operacionais	26	99	322
Resultado antes das despesas financeiras líquidas de impostos		**(1.482)**	**14.072**
Receitas financeiras	25	1	2
Despesas financeiras	25	(2.538)	(3.264)
Variação cambial líquida	25	2.652	(5.139)
Receita financeira líquidas		**131**	**(8.397)**
Resultado antes dos impostos		**(1.351)**	**5.652**
LR e CS	22	-	2.656
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		**(1.351)**	**8.308**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2019	2018(*)
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.351)	8.308
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(1.351)**	**8.308**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2017	**84.984**	**1.776**	**(75.271)**	**10.489**
Lucro líquido do exercício			8.308	8.308
Saldo em 31/12/2018	**84.984**	**1.776**	**(66.963)**	**19.197**
Prejuízo do exercício			(1.351)	(1.351)
Saldo em 31/12/2019	**84.984**	**1.776**	**(68.314)**	**17.846**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais: A Eltek Sistemas de Energia Indústria e Comércio S.A. ("Eltek" ou "Companhia"), localizada na Estrada Velha Rio-São Paulo, 5.300 - Sala 03 - Eugênio de Melo, cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação, exportação e representação de: (I) produtos e sistemas eletrônicos, como retificadores, quadros de comando e de distribuição, inversores, conversores, "no break", fontes chaveadas, células combustíveis, painéis fotovoltaicos, geradores eólicos e grupos geradores de energia; (ii) equipamentos, máquinas, peças, componentes, matérias-primas e insumos necessários para a produção e venda dos produtos referidos no item anterior; e prestação de serviços, manutenção, instalação e assistência para produtos fabricados e/ou comercializados pela Companhia, bem como a importação dos outros associadas. Entre abril e maio de 2019, a Companhia efetuou a transferência de partes dos ativos imobilizados para a empresa do grupo Delta Elétricos Brasil Ltda, e após essa data, parte das operações da Companhia passaram a ser concluídas pela Delta Elétricos Brasil Ltda. **2. Base de Preparação: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), observando as disposições contábeis emanadas da legislação societária pela Administração em 20/05/2020. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção das rubricas mensuradas pelo seu valor justo por meio do resultado. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativa e julgamento:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e de valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Nota Explicativa nº 8 - Provisão para estoques obsoletos; • Nota Explicativa nº 12 - Vida útil do ativo imobilizado; • Nota Explicativa nº 22 - LR e C.S.; • Nota Explicativa nº 20 - Provisões para garantias e contingências; • Nota Explicativa nº 11 - Provisões para contingências **e) Reclassificação de saldos comparativos relativos ao exercício anterior:** Foram realizadas reclassificações nos saldos comparativos de 31 de dezembro 2018 para uma melhor apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Essas reclassificações ocorreram entre contas do balanço patrimonial (ativo e passivo circulante), e não tiveram qualquer efeito nos saldos finais do balanço patrimonial e demonstração de resultado. Demonstramos a seguir as reclassificações realizadas:

	Saldos		
	Nota	Original	Reapresentados
Estoques	8	1.348	(18)
Impostos a recuperar	9	704	1.116
Outros contas a receber	20	1.142	618
Ativo		**13.178**	**13.082**
Fornecedores	14	33.964	33.982
Obrigações Trabalhistas	16	2.991	3.065
Impostos a Recolher	17	464	248
Outros Contas a Pagar	20	4.388	4.418
Patrimônio Líquido	22	19.189	19.197
Passivo+Patrimônio Líquido		**60.996**	**60.908**
		47.818	47.826
Despesas Administrativas	24	(22.367)	(23.987)
Outras receitas (despesas) operacionais	26	-	322
Despesas Financeiras	25	(4.576)	(3.264)
Receita Financeira	25	2	2
Resultado do Exercício		(26.938)	(26.927)

3. Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são ajustados para a data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado em moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é reconhecido no resultado. Ativos financeiros não monetários, como ações, classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, a diferença cambial é reconhecida no resultado. Ativos financeiros não monetários, como ações, classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a diferença cambial é reconhecida em outros resultados abrangentes. **b) Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia torna-se parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo expirarem, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia baixa transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação prevista no contrato for paga ou liquidada ou tiver a rescindida, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um passivo financeiro novo baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil baixado e a contraprestação paga e reconhecida no resultado. **(vii) Compensação:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executível de compensar os valores reconhecidos e tem a intenção de um ou de liquidar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(viii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** Os ativos não possui instrumentos financeiros derivativos de hedge. **c) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses ativos operem de operar da forma pretendida pela administração e custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm vidas úteis incompatíveis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são calculados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquido dentro de outras receitas/ despesas operacionais. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil deste item caso seja provável que os benefícios futuros incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do dia-a-dia são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor no lugar do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perfeitamente o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados a cada parte. As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Máquinas e equipamentos de terceiros	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas, computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e os valores residuais são revisados cada exercício de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como uma mudança de estimativa contábil. **d) Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzindo da amortização acumulada. Os principais direitos de gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear ao longo das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perfeitamente o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados a cada ativo específico. Os ativos intangíveis são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear ao longo das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perfeitamente o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados a cada ativo específico. Os ativos intangíveis são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **e) Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzindo da amortização acumulada. Os principais direitos de gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear ao longo das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perfeitamente o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados a cada ativo específico. Os ativos intangíveis são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **f) Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzindo da amortização acumulada. Os principais direitos de gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear ao longo das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perfeitamente o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados a cada ativo específico. Os ativos intangíveis são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **g) Ativos Financeiros:** Os ativos financeiros são classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando o direito de receber os fluxos de caixa do investimento tiver expirado ou quando a Companhia transferir o direito de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais em fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação prevista no contrato for paga ou liquidada ou tiver a rescindida, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um passivo financeiro novo baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil baixado e a contraprestação paga e reconhecida no resultado. **(vii) Compensação:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executível de compensar os valores reconhecidos e tem a intenção de um ou de liquidar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(viii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** Os ativos não possui instrumentos financeiros derivativos de hedge. **e) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses ativos operem de operar da forma pretendida pela administração e custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm vidas úteis incompatíveis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são calculados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquido dentro de outras receitas/ despesas operacionais. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil deste item caso seja provável que os benefícios futuros incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do dia-a-dia são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor no lugar do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perfeitamente o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados a cada ativo específico. As vidas estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas, computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e os valores residuais são revisados cada exercício de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como uma mudança de estimativa contábil. **f) Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzindo da amortização acumulada. Os principais direitos de gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear ao longo das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perfeitamente o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados a cada ativo específico. Os ativos intangíveis são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **g) Ativos Financeiros:** Os ativos financeiros são classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando o direito de receber os fluxos de caixa do investimento tiver expirado ou quando a Companhia transferir o direito de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais em fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação prevista no contrato for paga ou liquidada ou tiver a rescindida, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um passivo financeiro novo baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil baixado e a contraprestação paga e reconhecida no resultado. **(vii) Compensação:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executível de compensar os valores reconhecidos e tem a intenção de um ou de liquidar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(viii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** Os ativos não possui instrumentos financeiros derivativos de hedge. **e) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses ativos operem de operar da forma pretendida pela administração e custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm vidas úteis incompatíveis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são calculados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquido dentro de outras receitas/ despesas operacionais. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil deste item caso seja provável que os benefícios futuros incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do dia-a-dia são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor no lugar do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perfeitamente o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados a cada ativo específico. As vidas estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas, computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e os valores residuais são revisados cada exercício de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como uma mudança de estimativa contábil. **f) Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzindo da amortização acumulada. Os principais direitos de gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear ao longo das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perfeitamente o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados a cada ativo específico. Os ativos intangíveis são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **g) Ativos Financeiros:** Os ativos financeiros são classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando o direito de receber os fluxos de caixa do investimento tiver expirado ou quando a Companhia transferir o direito de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais em fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação prevista no contrato for paga ou liquidada ou tiver a rescindida, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um passivo financeiro novo baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil baixado e a contraprestação paga e reconhecida no resultado. **(vii) Compensação:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executível de compensar os valores reconhecidos e tem a intenção de um ou de liquidar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(viii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** Os ativos não possui instrumentos financeiros derivativos de hedge. **e) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses ativos operem de operar da forma pretendida pela administração e custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm vidas úteis incompatíveis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são calculados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquido dentro de outras receitas/ despesas operacionais. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil deste item caso seja provável que os benefícios futuros incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do dia-a-dia são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor no lugar do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perfeitamente o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados a cada ativo específico. As vidas estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas, computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e os valores residuais são revisados cada exercício de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como uma mudança de estimativa contábil. **f) Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzindo da amortização acumulada. Os principais direitos de gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear ao longo das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perfeitamente o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados a cada ativo específico. Os ativos intangíveis são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual eles se relacionam. **g) Ativos Financeiros:** Os ativos financeiros são classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando o direito de receber os fluxos de caixa do investimento tiver expirado ou quando a Companhia transferir o direito de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais em fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação prevista no contrato for paga ou liquidada ou tiver a rescindida, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um passivo financeiro novo baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil baixado e a contraprestação paga e reconhecida no resultado. **(vii) Compensação:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executível de compensar os valores reconhecidos e tem a intenção de um ou de liquidar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(viii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** Os ativos não possui instrumentos financeiros derivativos de hedge. **4. Gestão de Risco Financeiro: 4.1. Fatores de Risco** Os negócios da Companhia estão sujeitos a diversos riscos financeiros: **a) Risco de mercado: Risco cambial:** A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos da América. O risco cambial surge de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos. O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais futuros ou aumentem valores a pagarem ou recebidos. A administração periodicamente uma política que exige a Companhia administrar o seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Nos casos em que não seja possível ou não recomendável proteções quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de exposição ao risco. Em 31/12/2019 e de 2018, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2019		2018	
	Estrangeira	Reais	Estrangeira	Reais
Ativos				
Caixa e receber em US$ de partes relacionadas	143	588	1.201	4.553
Caixa e receber em US$ de terceiros	729	2.977	1.024	3.884
	872	3.565	2.521	9.686
Passivos				
Fornecedores em US$ partes relacionadas	(807)	(3.316)	(3.549)	(13.457)
Fornecedores em US$ de terceiros	(20)	(82)	(130)	(494)
	(827)	(3.398)	(3.679)	(14.132)
Exposição líquida	45	167	(1.158)	(4.446)

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Em 31/12/2019, a Companhia não possuía ativos financeiros relevantes, e seu resultado ou fluxo de caixa operacionais da Companhia são substancialmente independentes das variações das taxas de juros. Os riscos de taxa de juros em parcelado contratados de derivativos para fazer hedge contra esse risco, porém, a Companhia monitora constantemente o risco de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de variabilidade das taxas de juros. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, estabelecendo um limite individual de crédito para cada cliente. Os limites de crédito individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites é aprovada e monitorada periodicamente. Os saldos em aberto de clientes são monitorados com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 31/12/2019, a Companhia possui diversos operações com outros clientes em seu processo de venda, e a Companhia efetua a entrega dos produtos ao cliente, e não tem um período de carência para efetuar a cobrança dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados pelo cliente; e (ii) as disposições tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são realizadas com prazo de pagamento de até 90 dias, que não têm caráter de financiamento e são consideradas com a prática do mercado portanto, nesses vendas não são descontados ao valor presente. Vendas de serviços A Companhia vende serviços de montagem de seus produtos. Esses serviços são mensurados pelo valor justo, reconhecido, por meio das demonstrações de resultados, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações do contrato vendido. **Vendas de produtos - fabricação e comercialização:** A Companhia fabrica e vende uma variedade de produtos e sistemas elétricos. As vendas de produtos são reconhecidas no resultado quando a Companhia vende a clientes nheciidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos ao cliente, e não tem nenhum direito satisfeito que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados pelo cliente; e (ii) as disposições tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são realizadas com prazo de pagamento de até 90 dias, que não têm caráter de financiamento e são consideradas com a prática do mercado portanto, nesses vendas não são descontados ao valor presente. Vendas de serviços A Companhia vende serviços de montagem de seus produtos. Esses serviços são mensurados pelo valor justo, reconhecido, por meio das demonstrações de resultados, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações do contrato vendido. **Vendas de produtos - fabricação e comercialização:** A Companhia fabrica e vende uma variedade de produtos e sistemas elétricos. As vendas de produtos são reconhecidas no resultado quando a Companhia vende a clientes nheciidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos ao cliente, e não tem nenhum direito satisfeito que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados pelo cliente; e (ii) as disposições tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são realizadas com prazo de pagamento de até 90 dias, que não têm caráter de financiamento e são consideradas com a prática do mercado portanto, nesses vendas não são descontados ao valor presente. Vendas de serviços A Companhia vende serviços de montagem de seus produtos. Esses serviços são mensurados pelo valor justo, reconhecido, por meio das demonstrações de resultados, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação

Maia defende debate sobre redução de salário de servidores federais

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu na terça-feira (9) uma discussão sobre o corte de salários de servidores públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário como forma de diminuir o impacto orçamentário provocado pela pandemia do novo coronavírus.

"Se os três Poderes estiverem de acordo, que não seja um corte muito grande, cortando os salários mais altos por poucos meses, para garantia da renda emergencial, tenho certeza de que o Parlamento está disposto a dialogar e conversar para conseguir fazer o que é fundamental: cuidar dos mais vulneráveis. Temos que construir as condições para continuar transferindo renda", disse Maia.

Segundo o parlamentar, o pagamento de todo o funcionalismo público federal tem impacto de R$ 200 bilhões no Orçamento da União. Desse total, R$ 170 bilhões são destinados ao Poder Executivo, R$ 25 bilhões ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e R$ 5 bilhões aos servidores do Congresso Nacional, incluindo os parlamentares da Câmara e do Senado.

"Todos os salários do funcionalismo público são R$ 200 bilhões no ano, e o [pagamento] dos R$ 600 são R$ 100 bilhões em dois meses. O Parlamento está disposto a sentar e dialogar. Essa proposta partiu da Câmara dos Deputados, e vamos discutir condições de manter essa renda aos mais vulneráveis", disse o deputado.

Reforma tributária

Rodrigo Maia voltou a dizer que a Câmara dos Deputados não vai votar aumento de carga tributária, especialmente após a crise provocada pela covid-19. No entanto, afirmou que dedução do imposto sobre a renda é uma discussão importante.

"Vamos criar um sistema mais simples e vamos avaliar se a tributação sobre o consumo poderá ser maior do que a da renda, porque isso significa que estamos tributando mais a base do que a elite", disse Maia.

"Esse debate precisa ser feito. Na reforma da Previdência, quem fez o sacrifício foram os servidores e os trabalhadores. Na administrativa, são os servidores. Mas, na tributária, serão os empresários porque, se não estiverem dispostos a contribuir, fica parecendo que vamos colocar todos os sacrifícios no colo dos trabalhadores e dos servidores públicos", completou. (Agencia Brasil)

Polícia mineira conclui inquérito sobre contaminação de cervejas

A Polícia Civil de Minas Gerais concluiu o inquérito que apura a contaminação de cervejas produzidas pela cervejaria Backer por uma substância tóxica cujo consumo matou ao menos sete pessoas e levou dezenas de outros consumidores ao hospital.

Conforme os responsáveis pela investigação já vinham antecipando, a conclusão final descarta a hipótese de sabotagem. Ou seja, para a Polícia Civil, não há nada que indique uma ação intencional para prejudicar a cervejaria. De acordo com a Polícia Civil, o inquérito já acumula cerca de 4 mil páginas. Mais de 70 pessoas prestaram depoimentos às equipes coordenadas pela 4ª Delegacia de Barreiro, bairro de Belo Horizonte. Dentre elas, vítimas, suspeitos e testemunhas. Além disso, desde 5 de janeiro, a fábrica da Backer, na capital mineira, e empresas fornecedoras de matéria-prima foram alvos de perícias ou de cumprimentos de mandados de busca e apreensão.

A contaminação de lotes inteiros de diferentes tipos de cerveja produzidos pela Backer foi causada pela presença da substância dietilenoglicol. Devido a suas propriedades anticongelantes, a substância costuma ser usada em sistemas de refrigeração, por vários segmentos produtivos. (Agencia Brasil)

Brasil tem 1,2 mil novas mortes e 32 mil novos casos de covid-19

Balanço do Ministério da Saúde divulgado na terça-feira (9) aponta 1.272 novas mortes e 32.091 novos casos de covid-19 nas últimas 24h. Com esses acréscimos às estatísticas, o país chegou a 38.406 falecimentos em função da pandemia do novo coronavírus e 739.503 pessoas infectadas.

O balanço traz um aumento de 4,5% no número de casos em relação a segunda-feira (8), quando o total estava em 707.412. Já as mortes aumentaram 2,4% em comparação com o dado de ontem, quando foram contabilizadas 37.134.

A taxa de letalidade (número de mortes pela quantidade de casos confirmados) ficou em 5,19%. A taxa de mortalidade (falecimentos por 100.000 habitantes) foi de 18,3. E a taxa de incidência (casos confirmados por 100.000 habitantes) correspondeu a 351,9.

De acordo com o Ministério da Saúde, 311.064 pacientes foram recuperados e 390.033 estão em acompanhamento.

Os estados com maior número de óbitos são São Paulo (9.522), Rio de Janeiro (6.928), Ceará (4.309), Pará (3.853) e Pernambuco (3.453). Também apresentam altos índices de vítimas fatais em função da pandemia Amazonas (2.315), Maranhão (1.285), Bahia (937), Espírito Santo (904), Alagoas (640) e Minas Gerais (399).

Os estados com mais casos confirmados de covid-19 são São Paulo (150.138), Rio de Janeiro (72.979), Ceará (68.384), Pará (59.148) e Maranhão (52.069).

Os dados divulgados pelo Conselho Nacional de Secretarias Estaduais de Saúde (Conass) coincidem com informações apresentadas pelo Ministério da Saúde.

Nova base de dados

O balanço do Conselho (batizado de Painel Conass) foi criado no fim de semana após o Ministério da Saúde mudar a dinâmica de divulgação dos dados sobre a pandemia. Até a semana passada, o Ministério da Saúde consolidava os dados das secretarias estaduais no início da noite.

A pasta passou a divulgar o balanço cada vez mais tarde (por volta de 22h) e parou de informar o total de casos. Na segunda-feira foi apresentado o novo método de anunciar a consolidação. As mudanças foram objeto de questionamento do Ministério Público Federal.

Secretários do Ministério da Saúde apresentaram em linhas gerais como devem ser os novos balanços diários do órgão, privilegiando as mortes por covid-19 em função da data de ocorrência. Na terça-feira, o ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, participou de audiência na Câmara dos Deputados sobre o tema, onde respondeu a questionamentos de parlamentares sobre as mudanças. (Agencia Brasil)

Dólar fecha em alta e chega a R$ 4,89

O dólar fechou em alta ante o real na terça-feira (9), com o mercado de câmbio doméstico seguindo uma correção global nesta sessão, depois de dias de frenético rali em ativos de risco por causa do otimismo com a recuperação econômica.

O dólar à vista subiu 0,69%, a R$ 4,8885 na venda.

Na B3, o dólar futuro tinha ganho de 1,41%, a R$ 4,8960 , às 17h19.

A cotação vinha de 11 quedas dentre 14 pregões e na véspera acumulou baixa de 17,73% desde a máxima recorde de fechamento —de R$ 5,9012, alcançada em 13 de maio.

Também na segunda, a divisa rompeu pela primeira vez desde janeiro a média móvel de 100 dias, indicador técnico acompanhado de perto pelo mercado que, se tocado, pode atrair compras.

No exterior, o dólar subia contra outras divisas emergentes neste pregão, também após dias de perdas. No mercado de ações, o índice S&P 500 da Bolsa de Nova York fechou em queda, e o brasileiro Ibovespa pôs fim a uma série de sete altas consecutivas.

Para Ettore Marchetti, sócio e cofundador da Trafalgar Investimentos, o câmbio no atual patamar não parece estar desnivelado em relação ao equilíbrio de curto prazo, o que pode reduzir o espaço para quedas adicionais daqui para frente.

Além disso, ele chama atenção para o risco de novamente o tema política monetária influenciar as cotações, já que, em sua avaliação, o Banco Central ter soado mais "dovish" —em linhas gerais, inclinado a mais cortes de juros— do que antes.

"É uma novidade de política monetária chance de o juro ir a 2%", afirmou. A desvalorização do real nos últimos tempos tem sido associada também à queda nas taxas de retorno da renda fixa brasileira, na esteira do declínio da taxa básica de juros (Selic) a mínima recorde e ao aumento da percepção de risco para o país. A Selic está em 3% ao ano.

"Taticamente, estamos comprados em dólar, porque o equilíbrio de curto prazo está mais para R$ 5,10, R$ 5,15", completou.

Ainda sobre política monetária, o foco dos mercados na quarta se volta para o Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos). Não se esperam grandes mudanças nas medidas atuais, mas investidores vão analisar com lupa avaliações dos membros do BC norte-americano sobre a atividade econômica e talvez o rali dos mercados nas últimas semanas. (Agencia Brasil)

Mais de 2 mil indígenas foram contaminados pela covid-19 e 82 morreram

Desde o início da pandemia, 2.085 indígenas aldeados já foram contaminados com o novo coronavírus e 82 morreram em decorrência da covid-19. Outros 466 ainda são casos suspeitos e estão em investigação, enquanto 1.747 tiveram a contaminação descartada. Os dados - apresentados hoje(9) durante entrevista coletiva no Palácio do Planalto - referem-se apenas aos indígenas que vivem em aldeias.

Casos do novo coronavírus foram registrados em 500 aldeias, que correspondem a 8,5% dos 5.852 agrupamentos deste tipo existentes no Brasil. Os distritos indígenas com mais infectados são do Alto Rio Solimões (AM) (444), do Ceará (158), do Maranhão (148), do Alto Rio Negro (AM) (141) e de Manaus (AM) (128).

Na evolução no tempo, os casos ficaram controlados durante o mês de abril e aumentaram a partir do início de maio. A incidência de casos e óbitos acompanha em geral a dinâmica da população, com mais casos entre adultos (80%) e mais mortes entre idosos (60%).

O secretário listou algumas ações, como o acompanhamento dos casos, manutenção, disponibilização de recursos para compra de insumos, equipamentos, testes e equipamentos de proteção individual (EPIs), além da manutenção das equipes multidisciplinares das equipes de saúde.

Foram implantadas duas alas indígenas em hospitais de Manaus (AM) e de Macapá (AP), ampliações em unidades de saúde já em funcionamento. Outras estruturas semelhantes estão em implantação no Amazonas, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Roraima.

Em Manaus, foi inaugurado, no fim de maio, uma ala hospitalar destinada ao atendimento de indígenas infectados pelo novo coronavírus. Adaptado a tradições e costumes indígenas, o espaço funciona no Hospital de Retaguarda Nilton Lins, que, desde abril, é considerado referência para o tratamento de pacientes com covid-19.

A ala indígena conta com 53 leitos, sendo 33 leitos clínicos, 15 leitos em unidade de terapia intensiva (UTI) e cinco em unidades de cuidados intermediários (UCI), além de posto de enfermagem. Um espaço foi destinado à instalação de redes e outro para a realização de rituais religiosos, respeitando as diversidades étnicas. (Agencia Brasil)

Entidades alertam para necessidade de manter vacinação na pandemia

Entidades de saúde alertam para a necessidade de se manter em dia o calendário vacinal apesar da pandemia do novo coronavírus. "O não comparecimento de crianças às unidades de saúde para atualização do calendário vacinal pode impactar nas coberturas vacinais e colocar em risco a saúde de todos, especialmente frente à situação epidemiológica do sarampo, febre amarela e coqueluche que vivenciamos atualmente", diz a nota conjunta da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm).

A Organização Mundial de Saúde também destacou os riscos da perda de cobertura vacinal. "Quando são interrompidos os serviços de imunização, mesmo que durante curtos períodos de emergência, aumenta o risco de surtos de doenças evitáveis com a vacinação, como o sarampo e a poliomielite", disse um comunicado lançado pela entidade em abril.

Avanços e retrocessos

Na terça-feira (9), foi celebrado o Dia Nacional da Imunização. Nos últimos anos, o Brasil tem apresentado avanços e retrocessos no tema, como explica a pediatra Bárbara Furtado, que é gerente de vacinas da empresa farmacêutica GSK. "Em 2016, a gente chegou a pior cobertura vacinal da última década. Foi quando a gente viu as coberturas vacinais caindo", ressaltou, ao contrapor com os sucessos do país, como a erradicação do sarampo e da poliomielite, chamada popularmente de paralisia infantil.

O Brasil chegou a registrar a erradicação do sarampo em 2016, porém voltou a apresentar casos em 2019. Segundo Bárbara, o país já enfrentava problemas semelhantes com outras doenças. "Não por acaso a gente teve em 2017 os surtos de febre amarela, encontrando uma população não vacinada. Mesmo nas áreas em que a vacinação de febre amarela é de rotina", ressaltou.

Por isso, a médica destaca a importância de manter a vacinação de crianças, mas também de outras faixas etárias, em dia durante o período de isolamento social. "O que a gente tem hoje então, a grande questão da pandemia e do distanciamento social, é uma falsa sensação de proteção às outras doenças. Porque, como a gente está indo menos na rua, a gente está ficando menos gripado, está ouvindo falar menos de outras doenças", diz.

A especialista aponta, entretanto, que esses outros vírus continuam sendo um risco. Neste ano, já foram registrados em todo o país 3,6 mil casos de sarampo, segundo o último balanço do Ministério da Saúde. "A gente deve lembrar que a vacina de sarampo está junto com a de caxumba e de rubéola", destaca Bárbara, para exemplificar como a população pode estar exposta também a outras doenças.

"Apesar de não termos caso hoje no Brasil, nós temos países, principalmente na África, que ainda têm casos de paralisia infantil. E o mundo está globalizado, a gente não precisa sair da nossa cidade para ter contato com essas doenças", acrescenta para enfatizar como a falta de vacinação pode facilitar a volta de doenças com sintomas graves.

Cuidados

A imunização deve ser feita, segundo a médica, em acordo com as medidas para evitar a disseminação de coronavírus. "É importante você procurar o posto de saúde mais próximo, para evitar o deslocamento", ressalta.

Além disso, Bárbara recomenda que as pessoas verifiquem se existem horários diferentes para cada faixa de população que será vacinada naquela cidade. Em alguns locais, foram disponibilizados horários específicos para idosos e outros grupos de risco para covid-19. (Agencia Brasil)

Revogada portaria que remanejava verba do Bolsa Família

O governo revogou na terça-feira (9) a portaria que remanejava R$ 83,9 milhões do programa Bolsa Família para a publicidade legal. Originalmente prevista para entrar em vigor a partir de 2 de junho, a medida autorizava que uma parte do dinheiro do programa que estava parada devido ao auxílio emergencial (os beneficiários de ambos recebem apenas a maior parcela) poderia ser aplicada na Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom).

A Portaria 13.866, que trata da revogação, foi publicada hoje em edição extra do Diário Oficial da União, e é assinada pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. A realocação de recursos não influenciaria no pagamento regular das mensalidades do Bolsa Família, segundo a informações divulgadas pela pasta.

De acordo com o Ministério da Economia, com a alocação de recursos do auxílio emergencial, os gastos com o Bolsa Família caíram de uma média de R$ 2,5 bilhões ao mês, em 2020, para cerca de R$ 113,1 milhões em abril. A recomposição de receitas é prevista e autorizada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) de 2020.

Em nota, a pasta ressaltou que o remanejamento do Bolsa Família já havia sido aprovado pela Junta de Execução Orçamentária para recompor o orçamento da Secom, cuja verba tinha sido diminuída pelo Congresso Nacional durante a tramitação do Orçamento Geral da União de 2020.

O ministério informou ainda, na ocasião, que R$ 11,4 milhões foram utilizados para ampliar o Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Jornal O DIA SP